

A SEMANA na África

Clipping sobre PALOP e África Austral

13 a 19 de Dezembro de 1992 Nº 68

ANGOLA: As estratégias do MPLA e da UNITA

Em virtude da ausência de uma evolução nas negociações entre o MPLA e a UNITA ficaram mais evidentes as fissuras existentes no interior de cada uma destas forças políticas.

O MPLA parece finalmente deixar claro a divisão existente no seu interior quanto às formas de atuação a serem seguidas no momento. A formulação do novo governo teve como principal destaque a ausência do grupo considerado moderado e que localiza-se mais próximo ao presidente José Eduardo dos Santos. A preocupação desse grupo é a de sempre agir levando em consideração a repercussão externa de seus atos. Esta política acarretou por um lado no desenvolvimento das negociações e por outro no grande avanço militar da UNITA, que foi imediatamente condenado pela comunidade internacional; porém, tal condenação não foi capaz de proporcionar um impacto que pudesse levar ao recuo da UNITA ou a sua expulsão pelas FAA, a não ser em Luanda.

O grupo em oposição a este é composto, basicamente, por militares irritados com a falta de resposta aos ataques diretos da UNITA. O seu poderio cresceu após os conflitos de Luanda, onde demonstrou sua força. Neste momento está sendo apoiado também por militantes mais ortodoxos que repudiam qualquer tipo de aproximação com o movimento liderado por Savimbi num futuro governo. A saída da crise através do diálogo só tem sentido, para este grupo, após a desmilitarização da UNITA e sua retirada dos municípios ocupados. Se a UNITA não cumprir estes itens ela deverá ser forçada a tal procedimento.

O discurso de posse do novo chefe de Estado — major general, João Batista de Matos, foi uma prova da força desse grupo que acredita que a UNITA tem sido tratada com muita benevolência. O atraso por parte da UNITA no envio de seus representantes eleitos para Luanda e seus quadros escolhidos para determinados cargos no novo governo poderá proporci-

NESTA EDIÇÃO:

Pepetela critica os "amigos portugueses" de Savimbi
p.01

Guiné-Bissau: desunião entre as oposições
p.09

Pré-campanha eleitoral em Moçambique
p.10

Autonomia do Kwazulu?
p.12

nar uma diminuição na margem de manobra do grupo chamado moderado,

O caso da UNITA é totalmente diferente; apesar das declarações de Norberto de Castro, contra Jonas Savimbi, e da possibilidade de novas deserções, parece pouco provável o surgimento de uma disputa no interior do movimento quanto a forma de atuar face a crise atual. A morte ou a detenção de uma boa parcela do primeiro escalão abriu uma lacuna de lideranças que inibe a apresentação de formas diferentes de conduta. No entanto, o principal não é a falta de personalidades que possam se opor Savimbi, mas a própria forma como a UNITA está organizada. O seu padrão hierárquico e centralizador torna impossível uma eventual discordância com as idéias diferenciadas pelo seu líder; isto seria uma prova da mais forte traição contra o "Mais Velho". Esta estranha e forte coesão para um partido político faz com que a estratégia da UNITA seja uma só: ganhar tempo com falsas aproximações ao diálogo, enquanto tenta solidificar suas conquistas militares visando uma posterior negociação onde esteja respaldada pelo peso de grande parte do território. (p.01 a 08)MB

Informativo de circulação restrita editado pelo Programa de Estudos Africanos do CENTRO DE ESTUDOS AFRO-ASIÁTICOS — CEEA do Conjunto Universitário Cândido Mendes.

Secretaria: Ana Cristina Macedo de Souza. Rua da Assembleia, 10, Sala 501. Telefone: 224-8622 R. 259; 221-3536; Fax: (5521) 2324782. Rio de Janeiro — Brasil Cep: 20011.

A África à lupa

EXPRESSO, Sábado, 12 de Dezembro de 1992

OS RESPONSÁVEIS do Banco Mundial (BM) acompanharam a par e passo a preparação e o desenrolar das eleições em Angola. Para a instituição de Washington, a consulta popular podia ser um trampolim para a recuperação de «uma das economias potencialmente mais ricas da África», com abundantes recursos em petróleo, gás e diamantes.

Os homens do BM não hesitam em considerar Angola «um potencial caso de sucesso em África», mas insistem, sempre, em sublinhar o qualificativo «potencial». Porque ninguém esconde a dificuldade da transição de 30 anos de guerra e economia planificada para uma situação de paz e mercado livre.

Os acontecimentos pós-eleitorais já arrefeceram muito do optimismo ocidental em relação a Angola. Mas o potencial é tão grande que as instituições financeiras não desistem.

Trata-se, aliás, de manter e não de lançar uma aposta. No ano passado, o banco aprovou 200 milhões de dólares em empréstimos a Angola e antecipou, em parceria com o FMI, um substancial programa de crédito, como parte de um fluxo financeiro de mais de 500 milhões de dólares anuais.

MESMO durante a guerra civil, nem a oposição dos Estados Unidos ao Governo angolano inibiu as companhias petrolíferas norte-americanas Chevron e Texaco de, durante a última década, operar em Angola — na maior parte do tempo, sob protecção de tropas cubanas...

Os operadores americanos foram um parceiro empenhado na trajectória que fez de Angola o segundo maior produtor de petróleo da África. Segundo as previsões, a produção petrolífera angolana deverá atingir 700 mil barris diários em 1997.

Segundo maior sector exportador, os diamantes

exercem também especial atracção sobre os interesses privados estrangeiros. Os números oficiais apontam para uma produção que habitualmente oscila entre 0,9 e 1,3 mil milhões de carates/ano. Para 1992, a estimativa oficial é de 1,2 mil milhões de carates, que valerão algo como 250 milhões de dólares (cerca de 35 milhões de contos). Mas, segundo a De Beers, a produção ilegal (dos «garimpeiros») representará o dobro.

Na indústria mineira, há ainda o ferro a atrair companhias japonesas. E outros minérios (incluindo o ouro) seduzem a Rio Tinto Zinc e a Anglo-American.

Silvio Capoluongo, do Banco Mundial, sublinhou recentemente «o excelente potencial de crescimento» de Angola e associou-o aos recursos naturais básicos. Mas acrescentou, como outros factores decisivos, o clima e a baixa densidade demográfica.

Segundo Capoluongo, se Angola lograsse finalmente alcançar a estabilidade política, «poderia começar a conseguir, já em 1995-96, um crescimento sustentado das taxas de PIB 'per capita' bem acima da média da África subsaariana».

De qualquer forma, os angolanos terão primeiro de resolver o problema dos 7,5 mil milhões de dólares (cerca de 105 milhões de contos) da dívida externa. E Luanda terá mesmo de vencer a batalha do rescalonamento dessa mesma dívida, e nada disso será possível sem um acordo com o FMI.

Em Janeiro o FMI enviou uma missão a Angola e aconselhou a desvalorização do kwanza e a liberalização dos preços. Logo em Abril, o Governo de Luanda deu os primeiros passos nesse sentido.

O «novo kwanza» foi desvalorizado pela terceira vez, baixando mais de 1800 por cento face ao dólar, em relação à paridade de um ano antes. Porém, o fundo e outros doadores não se mostraram satisfeitos. E grande expectativa rodeia a próxima visita de uma delegação do FMI que, inicialmente marcada para meados do ano, foi adiada devido às eleições. E deverá, agora, aguardar a normalização.

SE ANGOLA é apontada como uma «potencial história de sucesso», na costa oriental africana, Moçambique é classificado, nos círculos restritos do Banco Mundial, como um «caso perdido».

Para o BM, há uma classificação dos 178 países do mundo em função das categorias de exportação e do endividamento. Com uma média de 611 dólares (cerca de 86 contos) de Produto Nacional Bruto (PNB) «per capita» em 1990, Angola é um dos 17 países que simultaneamente têm «rendimentos médios» e estão moderadamente endividados.

Mas Moçambique, com 80 dólares «per capita» (cerca de 11 contos), é o mais pobre dos 26 mais pobres e está, ao mesmo tempo, «gravemente endividado» (170 dólares, cerca de 24 contos) — mais do que a própria Somália e a Tanzânia (120 dólares ambos, cerca de 17 contos).

Moçambique é, aliás, o país ao sul do Saara com pior índice de crescimento entre 1980 e 1989: -5,6 por cento. Por exemplo, a Etiópia «cresceu» -1,1 por cento, e a Somália, -1,3 por cento.

A taxa anual média de inflação em Moçambique foi de 34,9 por cento entre 1980 e 1989 — só ultrapassada, entre os 46 países da África subsaariana, pelo Uganda (108,1), Zaire (59,4), Serra Leoa (54,1), Guiné-Bissau (53,2), Gana (43,6), Somália (42,8) e Zâmbia (38,3). Destes 46 países, 22 tiveram taxas inferiores a 10 por cento e 12 taxas inferiores a cinco por cento. Mesmo entre os países de baixos rendimentos, há 13 com um só dígito na taxa de inflação.

A comparação dos dados médios de Moçambique com os dos outros países sub-saarianos mais pobres é eloquente. Entre 1980 e 1989, esse país da África Oriental cresceu menos (-5,9%, contra -1,8% de média global), teve muito menor rendimento «per capita» (80 dólares, contra 260) e teve mais inflação (34,9, contra 25,1 por cento).

Em relação a Angola, é a diferença de não ter «aquele» subsolo e «aquela» extensão de planalto com excelentes condições para a agricultura. Com a agravante de, a um rendimento muito mais baixo, se juntar uma pressão demográfica que Angola não tem.

Em 1990, Moçambique tinha 15,7 milhões de habitantes para os seus 802 mil km² (19 habitantes por km²), e estima-se que salte para 21,1 milhões no ano 2000. Angola tinha, em 1990, 10 milhões de habitantes para 1,24 milhões de km² (oito habitantes por km²). As projecções apontam para 13,4 milhões no ano 2000.

L.T.

Cooperação com África poderá mudar de mãos

OS QUADROS técnicos dos sistemas estatísticos da Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé poderão ser formados pela cooperação francesa, caso Portugal não disponha de recursos orçamentais que complementem as participações comunitárias.

Esta possibilidade é aventada num documento recente das autoridades oficiais francesas e constituiu tema de análise do encontro realizado na passada quarta-feira, entre os directores dos organismos estatísticos dos cinco países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) e Macau, com a direcção do Instituto Nacional de Estatística (INE), no quadro da cooperação entre os diversos organismos.

O texto discutido respeita à aplicação do Programa Indicativo Regional (PIR) para os cinco PALOP, integrado nos apoios da Comunidade Europeia para os países África, Caraíbas e Pacífico (ACP) estabelecidos na Convenção de Lomé IV. Cerca de 25 milhões de ecus (quatro milhões de contos) serão atribuídos durante os cinco anos da convenção, dos

quais quatro milhões (aproximadamente 700 mil contos) estão destinados a seis projectos estatísticos. A importância dos apoios reside sobretudo no tipo de formação de quadros e na possibilidade futura de possuir informação sobre os vários países, factor considerado actualmente como estratégico.

Sinal disso, foi o facto da aceitação pela Comunidade Europeia de que os cinco PALOP pudessem ser considerados uma região, tal como acontece com a maior parte dos PIR destinados a Estados contíguos, não ter desarmado os esforços das diversas diplomacias europeias, nomeadamente da francesa, com fortes interesses em África.

Há cerca de dois anos que a França vem propondo e apoiando nos países da zona franco a formação dos quadros locais, financiada gratuitamente pelo Banco de França e pela cooperação francesa, desde que possa posteriormente ter acesso ao sistema estatístico montado. O Afristat, como se denomina, tem tido alguma penetração, ainda que sinta dificuldades

em conseguir ser financiado pela Comunidade. No entanto, está já a ser proposto aos PALOP e, a par disso, é sensível a presença francesa quer na tentativa, desde 1990, de subordinar os centros europeus de formação superior estatística para os países em vias de desenvolvimento (CESD) de Lisboa e Madrid (ano em que curiosamente os CESD deixam de ter verbas a fundo perdido da Comunidade Europeia), quer nos esforços de reduzir a pressão que o CESD Lisboa tem feito para se manter como contacto privilegiado.

Do lado dos PALOP, a situação não parece negativa. A oferta de apoios tem sido grande e as condições melhoram em conformidade. Directores estatísticos dos PALOP contactados desdramatizam, pois, a situação, e, ainda que digam desconhecer o Afristat e que pediram apenas informações, admitem estar tudo em aberto.

E do lado de Portugal que a situação não se mostra agradável, quando se pretende manter viva uma presença naqueles cinco

países. Fonte oficial do INE nega a importância do facto e considera «ser incorrecto confrontar esse instrumento que a França artilhou com a cooperação que o INE desenvolve ou não desenvolve com os PALOP», uma vez que esta «assenta sobretudo nos recursos humanos e na assistência técnica e não se faz com meios financeiros». Mas acrescenta-se que ela é «apenas mais um dos instrumentos de política de cooperação» e que o INE depende do Governo que o dota com os meios que considera adequados. Nesse capítulo, a disciplina orçamental e a falta de recursos do INE, que o seu presidente Corréa Gago admitiu já prejudicar as despesas de investimento do Instituto, não ajuda em nada, deixando a parte portuguesa de mãos atadas.

João Ramos de Almeida

PLÚRIO

14 DEZEMBRO 1992

Fidelidade ou o síndrome português?

Tinha preparado um texto que falava de mar e Kiarua [ser mítico das águas] nesta Luanda de torções e feitiços. Mas comecei a receber os jornais atrasados, particularmente o PÚBLICO e o "Expresso", e a ser surpreendido por certos editoriais e artigos que provam a saturação que o "lobby" da UNITA continua a influenciar muitas mentes que eu cria já libertas de mitos e interesses. E como coincide tudo com a nomeação de Durão Barroso para ministro, vá de malhar nele e na sua obra, os Acordos de Bicesse. Tudo isso é bem português.

Os intelectuais africanos sofrem do síndrome que Eça de Queirós escalpelizou. Com a integração europeia e o progresso económico, pensava eu, pobre indígena, o complexo de inferioridade que levava os portugueses a denegar de tudo o que é seu seria realmente coisa do passado. O facto de serem em casa a obra do Governo português para a paz e democratização de Angola mostra que continuam a sonhar com D. Sebastião. Pelo menos em meios jornalísticos e políticos, jantizados em anos anteriores, e que se casaram envergoados ao ser impossível negar os atropelos sucessivos aos direitos humanos e aos Acordos de Bicesse por parte do nosso Idi Amin [todos têm o seu, só que o nosso tem possibilidades de se revelar à luz do dia]. Esses meios esqueceram imediatamente as causas que se iam acumulando, e foram, loucos de alegria, sobre o filão dos acertos e acordos de Luanda, a consequência. A mistura da corrupção e do arrependimento caiu logo, substituída pela verdadeira de jantistas impenitentes. Até em certas figuras, que pela sua responsabilidade

e pelo facto de terem sido lutadores anti-makzistas deveriam evitar identificar-se com o "amigo incómodo" que só mesmo um Reagan poderia medalhar como campeão de democracia.

Ninguém pode estar de acordo com certas atitudes que se manifestaram em Luanda, reveladoras de quanto esta sociedade está doente. Houve de facto um explodir de ódios antigos e ressentimentos, crises de ajuste de contas e excessos condenáveis. Mas não se pode utilizar isso para desculpabilizar a UNITA, que foi a causa dessas reacções. Cenas de assassinatos e ocupações militares do território foram muito anteriores e sistemáticas, apontando para um claro plano de sabotagem dos Acordos de Bicesse. É escusado entrar em detalhes. Mas sabe-se hoje, embora por prudência não tenha sido divulgado, que em todos os Comitês de Luanda do "galo negro" havia listas das pessoas a abater bairro por bairro, preparadas pela Brinde [a polícia política da UNITA]. Não constavam só responsáveis ou membros do MPLA, mas também intelectuais independentes, ou gente de cor diferente de de Savimbi. Quando, por pressões populares tremendas que acusavam o poder de soberbidade, o Governo distribuiu armas para compensar a dissolução real das instituições de defesa [como mandava Bicesse], e esses populares as utilizaram, exagerando é certo, logo o coro dos jantistas gritou "golpe de Estado estalinista", e outras lírias do mesmo teor.

Mistura-se assim o assaltante com o assaltado, mete-se tudo no mesmo saco, "e fica provado que em África a democracia não é para agora, por isso Bicesse foi uma asneira".

Além do fascismo inerente a esta ideia e que

não é de extrair vinda dos herdeiros ideológicos do Estado Novo, há evidentemente uma exploração para consumo interno, diminuindo o êxito do Governo português em Bicesse.

Não me cabe tomar partido nessa melca portuguesa. Mas os Acordos de Bicesse já me dizem respeito. E considero que foi o possível, não o ideal. Sobretudo os Acordos apontaram para uma hipocrisia perigosa da vida política angolana, encoberta pelos dois contendores, mas inabitavelmente mais pela UNITA. Seria possível que em Bicesse se decidisse de outra maneira? Não se pode condenar um Acordo só porque na prática uma das partes o trai sistemáticamente. Poderemos, isso sim, criticar os observadores internacionais por publicamente rotularem sempre os incumprimentos da UNITA como "acidentes de percurso", atitude que a faz crer que tudo lhe era permitido. Mesmo a de assassinar quadros seus, seis meses depois da assinatura. Facto que fez publicamente baixar a cabeça aos lobistas, mas não os desartizou.

Não sou membro de nenhum partido e penso nunca mais o ser, até porque advogo outras formas de democracia, menos mediatizadas por aparelhos rígidos, menos copiadas dos eternos modelos europeus. Considero o que se passou em Angola desde as eleições como uma tragédia e não assumo qualquer vitória neste processo em que só houve um derrotado, o povo angolano. Mas orgulho-me de ter um mínimo de lucidez para saber apontar o causador e responsável desta tragédia colectiva. E esse tem um nome sonoro, Savimbi. Já é tempo de os "amigos portugueses" desta criação o verem como o déspota louco que realmente é, de abandonar as fidelidades antigas e suspeitas, e orgulharem-se do que Portugal pelo menos tentou em Angola. Já não será pouco.

* escritor angolano, residente em Luanda

República PÚBLICO 11 DEZEMBRO 1992

Angola: a corda vai partir

Rui Ramos*

PÚBLICO
QUINTA-FEIRA, 11 DEZEMBRO 1992

ANGOLA TEM só duas opções: ou se constrói em paz, em modernidade, em desenvolvimento e em democracia pluralista estável, virada para o mundo, ou se destrói em guerra, em primitivismo e pretensas "fundamentalismos étnicos" que, utilizando chavões chauvinistas, de "autenticidade" e "genuidade", mais não pretendem do que isolar o país do mundo, encerrando-o nos pobres limites da liderança carismática de um déspota e da agricultura de subsistência, uma Jamba em ponto grande, um novo Zaire.

[...] Já se falou muito sobre isso e não vale a pena chorar sobre o leite derramado. Mas há algo de uma actualidade inabitável e que vai ditar a história dos próximos tempos.

Trata-se da continuada ocupação militar da generalidade dos municípios do país por parte do partido de Savimbi, com o seu cortejo de mortes ignoradas pelo mundo, uma autêntica provocação ao poder central. Depois da declaração de guerra de Savimbi do dia 3 de Outubro, era evidente que a UNITA não ia aceitar integrar o Parlamento como oposição, privilegiando uma estratégia de guerra de curto prazo. O objectivo de Savimbi é claro: derrubar o Presidente José Eduardo dos Santos. Para isso, está a tomar militarmente somas estratégicas que podem levar à asfixia e ao isolamento de Luanda, uma vez fracassado o seu golpe de Estado de 31 de Outubro.

Depois, a UNITA só teria que mostrar à comunidade internacional que é ela que efectivamente controla Angola, apesar de ter perdido nas urnas.

Face a esta situação, que pode o novo Governo fazer? Até onde irá a paciência de ter uma grande parte do território ocupado por um partido da oposição? Até onde esticará a corda da democracia? O Executivo vai

aceitar governar só numa Luanda cercada?

Os chefes militares angolanos apresentaram em Novembro ao Governo um plano para derrotar a UNITA em três horas, o que envolveria meios sofisticadíssimos que causariam, sem dúvida, destruições humanas e materiais maciças. Mas o Governo opôs-se, preferindo a via do diálogo à confrontação. Estava consciente, também, de que as mortes feitas pelas suas forças seriam tratadas pela opinião pública internacional com muito mais dureza do que as provocadas pela UNTEA.

As partes encontraram-se no Namibe, assinaram acordos, e a UNITA, enquanto se oferece para integrar o Governo depois das eleições, ataca e toma novos e vitais alvos, como as capitais provinciais Uíje, Caxito, Ndalatando, ao mesmo tempo que controla a importante base aérea do Negage e o Dundo, para sabotar a batragem de Cambambe, privando Luanda de electricidade.

Mas Savimbi, dispersando as suas tropas por todo o território e ocupando o maior número possível de municípios, cometeu um erro. Expôs as suas forças no tabuleiro da guerra e esqueceu-se de uma coisa muito simples — as cidades não se abastecem a si próprias. Então, os prognósticos foram unânimes: a UNITA não se aguenta mais de dois ou três meses nas cidades, porque não tem abastecimentos para a população nem vias de comunicação para a circulação de alimentos. Quando a fome se generalizar, será a própria população a virar-se contra a UNITA, a exigir alimentação, pois só a UNITA é responsável pela gestão dos locais ocupados. Nessa altura, o tiro sairá pela culatra à UNITA: as populações esfamadas pedirão a intervenção do Governo para desalojar os guerrilheiros ou vão deixá-los sozinhos, uma presa fácil para as forças do Governo.

Estratégia de guerra ou estratégia de diálogo,

eis o que se discute hoje no seio do poder em Luanda. A corda vai partir para um dos lados e não parece virer a ser os moderados a levar vantagem. Estão cada vez mais isolados no MPLA, no Governo e nas Forças Armadas.

[...] Marcelino Moco, como político da linha dura, só tem um caminho: tomar uma posição dura, autorizando as Forças Armadas a levarem a guerra a todos os cantos do país, para destruir a força militar da UNITA. Se se mantiver benévolo, à espera de que a UNITA desista da guerra, é vencido, ou pela UNITA ou pelos militares.

Se a UNITA não se desmilitarizar imediatamente e o Governo não desistenciar a curtíssimo prazo uma ofensiva total contra o exército da UNITA, ninguém se admira que os militares percam a paciência e tomem o poder, um autêntico golpe peribustar acima dos partidos que vai manter a Assembleia Nacional, impor um governo de radicais e manter dócil a imberbe sociedade civil.

De que a guerra vai ser devastadora, não temos dúvidas. Tanto a UNITA como o Governo fizeram vultuosas encomendas de armamento, que têm passado em entrepostos ocidentais, umas a caminho de Luanda, outras endereçadas à direita sul-africana ou a Kinshasa que as encaminham depois para o interior de Angola.

Vencido militarmente a UNITA, numa guerra que ainda pode decorrer algum tempo devido aos problemas da estação das chuvas, resta a incógnita sobre que papel político pode ainda desempenhar a UNITA.

O quadro partidário das seguintes eleições multipartidárias poderá já toda ter a ver com o do passado fim de Setembro.

* jornalista angolano residente em Lisboa

Golpe de teatro

António Matos,
em Luanda

Jorge Valentim diz que a UNITA aceita ir para o Parlamento e ocupar os lugares que lhe estão reservados no novo Governo. Sem desmilitarizar, porque isso "é uma obrigação das duas partes". Golpe de teatro na cena política angolana e novo embaraço para o MPLA.

A UNITA está disposta a aceitar os lugares que o MPLA lhe reservou no Governo e a ocupar os seus 70 assentos no Parlamento. Quem o afirma é o secretário do movimento para a Informação, numa entrevista à Rádio nacional de Angola. Jorge Valentim garante que a UNITA já abandonou as cidades do Uíje e Negage e que estão, por isso, criadas as condições para se retomar o diálogo entre as duas partes em conflito.

Jorge Valentim atribuiu ao "mau humor de fim-de-semana" os incidentes dos últimos dias no plano central, que provocaram na cidade do Kuito a morte de dez pessoas, segundo estimativas oficiais. Para este dirigente da UNITA, que se encontra no Huambo, "os soldados estão com calor a mais, calorias". Valentim dirigiu ainda uma acusação às forças governamentais, que diz estarem "a perturbar as posições" do seu partido em Benguela. O governador desta província, Paulo Jorge, reagiu de imediato qualificando Valentim, originário daquela província, como um "reconhecido mentiroso".

A UNITA continua a sustentar, agora pelo seu porta-voz, que a ocupação das cidades do Uíje e do Negage foi uma atitude isolada dos chefes no terreno, "sobre quem corre um inquérito interno". A retirada destas duas cidades continua, no entanto, a dar lugar a dúvidas por parte do Governo, na ausência de uma declaração formal da UNAVEM II (missão das Nações Unidas em Angola que acompanhou a operação). Questionado sobre o destino dos militares da UNITA, Valentim limitou-se a dizer que "tudo foi feito com lisura, sob observação dos oficiais da ONU" que, todavia, "não tiveram por missão ver o acantonamento" das tropas.

NÚMERO

TERÇA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1975

A acatância pela UNITA dos lugares no novo Executivo, revelando uma aparente abertura ao diálogo, surpreendeu os observadores em Luanda e poderá vir a criar embaraços ao MPLA e a Marcelino Moco. O novo primeiro-ministro advertiu no seu discurso de tomada de posse, sexta-feira, que a UNITA tinha oito dias para responder ao convite para integrar o Governo, mas que a sua presença "só tem sentido na medida em que se comprometa a assumir uma atitude cívica". Por outras palavras, na medida em que aceite depor as armas.

Valentim prefere ignorar, para já, esta advertência e apela ao Governo para que "não entre nos ultimatos e nos prazos". "Se for preciso", disse, "partimos já amanhã para a nova reunião". Mesmo assim vai dizendo que a desmobilização "é uma obrigação das duas partes, sem a qual não haverá paz".

Fragilidade ou boa vontade, é agora a questão que se coloca relativamente à mudança da atitude da UNITA nos últimos dias. Para alguns observadores, a firmeza do discurso de Eduardo dos Santos e da condenação dos Estados Unidos, aliado tradicional da UNITA, terão contribuído para que Jonas Savimbi se mostre agora empenhado em voltar ao diálogo.

Acrente que o endurecimento da posição do Governo não se fica pelas palavras. Os altos dirigentes e militares da UNITA que se encontram em Luanda não gozam, neste momento, das "mordomias" que eles próprios disseram receber nas semanas que se seguiram à sua detenção. Ao que o PÚBLICO apurou, quase todos estão agora entregues ao Ministério do Interior, onde há mais de uma semana vêm sendo alvo de insistentes interrogatórios no âmbito de processo-crime que lhes foram instaurados.

Recorde-se que são cinco os lugares disponíveis para a UNITA no Executivo de maioria MPLA: ministro da Cultura e vice-ministros da Defesa, Agricultura, Obras Públicas e Assistência e Reintegração Social. Ao partido de Jonas Savimbi caberá ainda nomear o vice-chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas Angolanas e o chefe do Estado-Maior do Exército. Valentim recusou-se a admitir os nomes propostos pela UNITA para as referidas funções, escaudando-se em "razões de segurança". Pois, como disse em entrevista telefónica à Lusa, "alguns estão em Luanda sob custódia ou prisão".

MPLA "em guerra" com Eduardo dos Santos

OS RESULTADOS das eleições angolanas, em que o MPLA teve mais votos que Eduardo dos Santos, e o conflito com a UNITA provocaram uma mudança na relação de forças dentro do campo governamental. Se a figura do Presidente dominou até ao fim das eleições, parece agora prevalecer a ala radical do partido.

O novo Governo angolano significa uma vitória da linha mais dura do MPLA sobre o Presidente angolano, dizem meios próximos da Presidência em Luanda. "Foi uma autêntica purga contra os elementos mais próximos do Presidente José Eduardo dos Santos. Tratou-se de uma acção concertada da ala mais radical do regime contra os mais moderados, os mais jovens e mais esclarecidos", afirmou um elemento ligado à Presidência da República de Angola, que pediu para não ser identificado.

A mesma fonte aponta como exemplo a queda do governador e do vice-governador do Banco Nacional de Angola, Madeira Torres e Mário Palhares, de Burity Santo, respectivamente ministro e vice-ministro da Educação no anterior executivo e, sobretudo, do antigo ministro da informação, Rui Carvalho, e do seu vice-ministro, Almeida da Conceição. Também Assunção dos Anjos, um alto-funcionário do Futungo de Belas, cujo nome chegou a ser apontado como o do futuro embaixador de Angola em Lisboa, viu a sua posição muito debilitada.

Os desentendimentos entre o Futungo de Belas, sede da Presidência da República, e a direcção do partido no poder constituem, desde há vários anos, um dos temas preferidos nas conversas de rua em Luanda. José Eduardo dos Santos era acusado de ter constituído a sua volta um verdadeiro governo paralelo. Alguns dos seus antigos colaboradores, como Ademiro da Conceição, alcançaram depois elevados cargos no aparelho de Estado. Os resultados das primeiras eleições angolanas, ao darem a maioria absoluta ao MPLA mas não a José Eduardo dos Santos, reforçaram a posição do sector mais radical e belicista do partido e permitiram o afastamento dos "homens do Futungo".

Guerrilha institucional

A guerrilha institucional — entre a Presidência da República e o Governo — chegou já aos órgãos de comunicação social, com o "Jornal

de Angola" e a Rádio Nacional a veicularem acasas críticas a Marcelino Moco por ter reservado cargos no seu governo à UNITA sem designar as pessoas. A atribuição da pasta da cultura à UNITA é especialmente contestada, com o argumento de que o movimento de Jonas Savimbi estaria por detrás do recente assassinato de personalidades ligadas à vida cultural do país, como o poeta Fernando Marcelino ou o médico e jornalista David Bernardino.

Em Luanda, comenta-se também a queda em desgraça do General França N'dalu — interlocutor privilegiado de Jonas Savimbi —, substituído na chefia do Estado-Maior das Forças Armadas Angolanas, FAA, por João de Matos, defensor da chamada "solução militar" para o impasse angolano. Ainda mais estranho é o desaparecimento público de José Maria geral de três estrelas e conselheiro do Presidente da República para questões de segurança. José Maria foi durante vários anos um dos homens mais poderosos de Angola, e muita gente via nele o delfim de José Eduardo dos Santos. Em círculos próximos do Futungo de Belas, há quem assegure que o nome do general José Maria figura em documentos comprometedoros descobertos na sede da UNITA; estes documentos, alguns dos quais já divulgados pelo governo angolano, indiciariam a intenção do movimento de Jonas Savimbi em tomar o poder pela força, com o apoio da BOSS (serviços secretos sul-africanos) e de um pequeno grupo de oficiais das antigas FAPLA, entre os quais José Maria.

Mas não é só no seio do MPLA que a formação do novo governo tem levantado problemas. Um dirigente do Partido Renovador Democrático, PRD, disse ao PÚBLICO não concordar com a posição de Amadeu Neves, responsável do partido para as questões económicas, que aceitou participar no novo executivo angolano. Na opinião deste dirigente, que também pediu para não ser identificado por recear pela sua segurança, o novo governo angolano, embora resultante de eleições, "pretende no fundo reinstalar o sistema totalitário e é, além disso, um mau arranjo, porque nem sequer reflecte a realidade étnica do país. Os raros ovimbundos e quicongos que aceitaram pastas no Governo são todos homens do partido que estavam descontentes; o partido encontrou assim maneiras de os calar".

José Eduardo Agualusa

Negociações em suspenso

As novas chefias das Forças Armadas Angolanas (FAA) ainda não tomaram posse, numa altura em que prosseguem os preparativos para uma eventual ofensiva das forças governamentais contra as posições ocupadas pela UNITA. Prevista para ontem, a posse dos generais nomeados pelo Presidente da República para as chefias do Estado-Maior General e dos três ramos das Forças Armadas acabou por ser adiada para amanhã.

A justificação deste adiamento foi uma questão formal; isto é, não havia ainda o parecer do ministro da Defesa sobre os nomes em questão: chefe do Estado-Maior General, João Matos; vice-chefe do Estado-Maior General, a indicar pela UNITA; Exército, a indicar pela UNITA; Marinha, almirante Gaspar Ru-

...; Força Aérea, Pedro Neto. O tempo volta a ser de esforços para o regresso ao diálogo entre as partes. Os observadores estão optimistas quanto à possibilidade de um novo encontro

"para breve" entre delegações da UNITA e do Governo, para o qual o partido de Jonas Savimbi já se mostrou disponível.

O Governo, porém, faz depender da reposição da administração do Estado no Uíge e no Negage o "regresso ao espírito de Namibe". Em comunicado divulgado ontem em Luanda, o novo Governo pede à UNAVEM II (missão das Nações Unidas em Angola) "informações adicionais que confirmem a retirada" das tropas de Jonas Savimbi e o seu regresso às áreas de acantonamento do Bungo, Quibaxe e Quipedro.

A missão da UNAVEM II que sexta-feira se deslocou ao local não visitou os acantonamentos e admitiu-se ontem uma nova deslocação de oficiais da ONU àquelas duas cidades. Ainda ontem, no entanto, uma forte militar do Governo garantia que as tropas da UNITA continuam a ocupar a base aérea do Negage e permanecem "em grande número" no Uíge.

De acordo também com o comunicado do Governo, só depois de confirmada a retirada das tropas e o seu acantonamento será iniciada a reposição da administração central nas duas cidades e só então será possível "reatar o diálogo no espírito de Namibe".

António Matos
em Luanda

PUBLICO
QUINTA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1991

O último encontro entre representantes da UNITA e do Governo decorreu no Namibe, em 27 de Novembro, três dias antes do ataque das forças de Savimbi aos dois bairros nortenhos.

A representante especial do secretário-geral das Nações Unidas em Angola, Margareth Anstee, encontra-se desde ontem em Nova Iorque, onde se deslocou para transmitir a Butros-Ghali as propostas do Governo e da UNITA sobre o papel que nos

próximos meses deverá caber à UNAVEM.

Esta deslocação de Anstee aos Estados Unidos está na origem de algumas informações não confirmadas, de acordo com as quais poderiam ocorrer alterações nas chefias da UNAVEM. Concretamente, o "Jornal de Angola" admite a hipótese da substituição, já em 15 de Dezembro, do general nigeriano Edward Unima, chefe da componente militar. Quanto a Margareth Anstee, o mesmo jornal fala do "desgaste que acusa actualmente" como motivo da sua eventual substituição.

Uma notícia de primeira página na edição de ontem do oficial "Jornal de Angola", segundo a qual o general Arnaldo Chenda Pena, "Ben-Ben", teria sido fuzilado às ordens de Jonas Savimbi, tornou-se o tema central das conversas em Luanda. O texto é construído em torno do alegado testemunho de um militar da UNITA que terá fugido do Caxito entre refugiados. Essa fonte é citada como tendo dito que Savimbi responsabilizara o seu sobrinho e comandante supremo das Forças Armadas do movimento (FALA) pela "tumultuante" derrota militar em Luanda.

A questão da morte ou não de "Ben-Ben" continua envolvida em mistério. Depois de alguns testemunhos de refugiados que afirmavam tê-lo visto no Caxito, Savimbi disse o mesmo em entrevista à "Voz da América". Antes, porém, ainda no rescaldo da batalha de Luanda, a televisão angolana dizia que o corpo daquele general da UNITA se encontrava numa viatura esmagada por um blindado e carbonizada no Sambizanga.

Subida do dólar é sinal do agravamento da crise em Angola

Um passo em frente, dois passos atrás

O Governo angolano denunciou ontem em Luanda a permanência de "centenas" de militares da UNITA no Uíge e no Negage, cidades do norte de Angola que continuam sob controlo do partido de Jonas Savimbi. Quem o disse foi o general Higinio Carneiro, representante do Governo na Comissão Conjunta Político-Militar (CC-PM), que negou ainda a existência de qualquer resposta oficial da UNITA ao convite para integrar o Governo de "Unidade Nacional".

De acordo com informações prestadas ontem ao PÚBLICO na capital angolana, as tropas de Savimbi mantêm prisioneiros no Uíge vários elementos ligados à administração local. Quer na capital da província quer no Negage, "os homens da UNITA continuam a controlar a situação, até porque os representantes do Governo tiveram de abandonar as cidades" — assegurou Higinio Carneiro.

Desta vez, a responsabilidade parece ser imputada pelo MPLA e pelos observa-

dores à UNAVEM II (Missão das Nações Unidas em Angola). Até agora, os oficiais das Nações Unidas que foram ao Uíge e Negage não fizeram mais do que um vago comunicado preliminar, em que atestavam o abandono das duas cidades pela UNITA. Seguiu-se um mutismo que leva alguns observadores a interrogarem-se sobre a capacidade de intervenção das Nações Unidas. É que este fracasso ocorre num momento que seria crucial para a solução da crise angolana.

Depois dos sinais de desanuviamiento gerados pela divulgação, quarta-feira à noite, do comunicado em que o movimento de Savimbi designava os seus representantes no Governo de "Unidade Nacional" e nas Forças Armadas, a crise político-militar angolana volta a mostrar-se insolúvel. "É um passo em frente e dois para trás" — desabafa um dos observadores. Não só

pela reiterada desconfiança em relação à libertação do Uíge e Negage, como também, agora, quanto à participação da UNITA no Governo.

Higinio Carneiro diz ter tomado conhecimento dos nomes propostos por Savimbi através da imprensa e não pela via formal. Esta não é, para os observadores, uma questão significativa, já que a permanência da UNITA nas cidades ocupadas depois da declaração do Namibe

bloqueia qualquer espécie de entendimento.

Enquanto Governo e UNITA se ocupam em argumentos políticos e militares, o país parece mergulhar na mais profunda crise social e económica. Nas últimas 48 horas, a moeda nacional desvalorizou-se em mais de 30 por cento face ao dólar norte-americano.

A nota verde é agora trocada a oito mil kuanzas, contra cinco mil há três semanas e seis mil na quarta-feira. Esta desvalorização, provocada naturalmente pela débil condição económica de um país cuja única fonte de abastecimentos são as importações, é reveladora da carência crescente e da insegurança em que as pessoas vivem — dizem os especialistas.

A causa mais apontada para uma situação tão involgar é o aumento da procura do dólar, pelos que querem sair do país nesta altura do ano e pelos que, num cenário de conflito armado potencial, não hesitam em escolher a moeda norte-americana como reserva de valor.

Aquando da tomada de posse, há oito dias, admitia-se que uma das primeiras medidas do novo Governo seria uma desvalorização (da taxa oficial) do novo-kuanza. Para reduzir a diferença absurda entre o câmbio oficial (580 kuanzas por dólar) e o câmbio paralelo (ontem, oito mil kuanzas por dólar).

António Matos,
em Luanda

A frente de Cabinda

Um ataque atribuído à FLEC (Frente de Libertação do Enclave de Cabinda) vitimou ontem pelo menos quatro trabalhadores do consórcio de exploração petrolífera Cabinda-Gulf e deixou feridos outros dois, de acordo com uma fonte da empresa.

As vítimas, todas de nacionalidade angolana, seguiam em sete autocarros em direcção à plataforma do Malongo, ontem ao princípio da manhã. Na sequência da emboscada, na povoação de Chinga, a sete quilómetros da capital do enclave, seis dos autocarros foram queimados.

A Rádio Nacional de Angola disse horas depois que meio milhar de trabalhadores angolanos da empresa não compareceram no complexo petrolífero do Malongo, com receio de novas acções por parte da guerrilha independentista.

De acordo com as informações recolhidas num contacto com Cabinda, os guerrilheiros executaram sumariamente todos os angolanos emboscados que não eram naturais do antigo protectorado português e pouparam os "cabindas". Esta versão dos acontecimentos não é, porém, confirmada pela Cabinda-Gulf. O porta-voz da empresa em Luanda, Luis de Jesus, disse ao PÚBLICO que "há entre os sobreviventes vários angolanos que não são de Cabinda". Para além dos quatro mortos con-

firmados e dos dois feridos, há ainda um trabalhador desaparecido.

Uma fonte em Cabinda atribuiu a emboscada à FLEC-FAC, de Nzita Tiago, enquanto outra indica ter-se tratado de uma retaliação do movimento independentista "pelo atraso da Cabinda-Gulf no pagamento do tributo de guerra".

Confrontado com esta justificação, Luis de Jesus disse ser a primeira vez que ouvia falar em tributo de guerra. Para este gestor do consórcio petrolífero, em que estão envolvidos interesses americanos (Texaco), italianos (Agip) e franceses (Elf), é ainda cedo para interpretar as motivações da emboscada.

O Governo de Angola continua a não estar convencido da retirada das tropas da UNITA das cidades do Uíge e do Negage, apesar de uma declaração nesse sentido da britânica Margaret Anstee, representante especial do secretário-geral da ONU. Para ontem chegou a estar prevista a deslocação às duas cidades do Norte de Angola de uma nova missão das Nações Unidas, desta vez aberta aos jornalistas, que acabou por não se concretizar.

"A pista da base aérea do Negage continua inacessível", garantiu ao PÚBLICO uma fonte militar ligada ao Governo. Por seu lado, a imprensa oficial, nomeadamente a rádio, dá o maior destaque aos depoimentos de alegados refugiados da província do Uíge, segundo os

quais as tropas da UNITA se limitaram a trocar as fardas por roupa civil. Insistentes são ainda as alegações à presença em N'Dalatando, capital do Kuanza Norte, de mercenários sul-africanos a soldo da UNITA.

Em círculos diplomáticos de Luanda admite-se agora que a desconfiança do Governo quanto aos relatórios oficiais da retirada das forças de Savimbi do Uíge e Negage coloca em xeque a missão das Nações Unidas em Angola (UNAVEM II), numa altura em que ganham consciência os rumores de que as respectivas chefias serão substituídas.

Concretamente, Margaret Anstee, que se encontra em Nova Iorque, e o general nigeriano Edward Unima, que chefia a componente militar da missão, poderão ser substituídos em breve, por uma decisão que, sustenta-se nos mesmos círculos, nada tem de política.

O Governo angolano continua, entretanto, apostado numa campanha internacional contra a África do Sul, país que é acusado de apoiar militarmente a UNITA. Nesse sentido, a diplomacia angolana obteve o apoio do Presidente do Zimbabwe, Robert Mugabe, que convocou para amanhã uma cimeira dos países da Linha da Frente. O principal ponto da agenda da reunião a realizar em Harare, capital do Zimbabwe, será o alegado apoio sul-africano à UNITA, esperando-se uma condenação ao governo de Frederick Mchekwi.

Motivo de preocupação para os homens do MPLA é também o sucessivo adiamento do reconhecimento do seu Governo pelos norte-americanos. Desde a era Reagan, várias têm sido as condições para o reconhecimento do Governo de Angola pela Administração norte-americana.

O secretário de Estado Alexander Haig exigiu na altura a saída dos cubanos e o seu sucessor George Schulz impôs como condição o fim da guerra civil. Mais recentemente, James Baker colocou a meta na assinatura do acordo de paz e o sub-secretário Herman Cohen fez depender o reconhecimento da certificação dos resultados das eleições pela ONU.

Todas estas condições foram sendo cumpridas sem que Luanda e Washington trocassem embaixadores e, ao que parece, o novo governo de Angola terá de esperar por melhores dias, que poderão ser os de Clinton, já que o adjunto de Cohen, Jeffrey Davidow, faz agora depender o reconhecimento pelos Estados Unidos da realização da segunda volta das eleições presidenciais.

Para os observadores em Luanda, esta atitude dos Estados Unidos tem condicionado o comportamento das duas partes em conflito. Na medida em que ao não reconhecer o Governo, atitude que daria força ao MPLA e que a UNITA poderia receber como hostil, a Administração norte-americana pode estar a tentar adiar a eclosão de novo conflito armado.

PÚBLICO

16 DEZEMBRO 1992

António Matos

Empresários preferem

EXPRESSO, SÁBADO

12 DE DEZEMBRO DE 1992

lei do silêncio

AS EMPRESAS portuguesas que tiveram prejuízos em Angola, resultantes do clima de conflito criado no período pós-eleitoral, estão a optar por não divulgar o valor das perdas registadas. Segundo analistas que têm seguido de perto a situação, este silêncio resulta do facto das companhias recearem que a divulgação dos números possa causar futuros embaraços nas relações com as autoridades angolanas. Daí que, até ao momento, nenhuma empresa tenha apresentado qualquer reclamação sobre os danos causados, esperando obter indemnizações compensatórias.

A própria Câmara de Comércio e Indústria Portugal-

Angola (CCIPA), que enviou aos seus associados um questionário com o objectivo de fazer um levantamento global dos prejuízos, ainda está a aguardar a maior parte das respostas. Castilho Soares, secretário-geral da CCIPA, considera que esta morosidade se deve ao facto das empresas ainda encontrarem algumas dificuldades nas comunicações com Angola, impossibilitando um diagnóstico mais concreto da situação.

Contudo, esta não é a única interpretação para o comportamento dos empresários. Uma fonte que acompanha o processo dos investimentos portugueses em território angolano afirma que «sempre

foi muito difícil saber os lucros ou os prejuízos das empresas portuguesas que operam em Angola, pelo que este silêncio até pode ser visto como normal.

Ainda assim, o EXPRESSO conseguiu detectar casos concretos de empresas que foram apanhadas pelo clima de instabilidade que se viveu no período pós-eleitoral.

Entre as instalações de empresas portuguesas que foram alvo dos motins, contam-se o armazém de víveres da Catermar, situado no Lobito, e a fábrica das tintas CIN, em Benguela. Embora os números não sejam confirmados pelos responsáveis das empresas, estimativas realizadas por

fontes angolanas indicam que os prejuízos da Catermar e da CIN terão sido avaliados em 400 mil e 600 mil contos, respectivamente.

Outra das empresas apanhadas no turbilhão angolano foi a Engil. De acordo com informações fidedignas, o estaleiro central desta construtora, localizado em Luanda, foi também saqueado na sequência do abandono das instalações. A Engil está agora a proceder à recuperação das instalações, já tendo inclusive retomado a sua actividade na capital angolana. Mas, como refere uma fonte, estes casos são apenas uma gota de água no oceano dos prejuízos.

Caetano Filipe

Angola: os ultimatos e as meias-respostas

«E AGORA?» É esta a interrogação dos angolanos, depois de, na quarta-feira, data-limite estabelecida na semana passada pelo Governo, a UNITA ter respondido a um dos pontos do caderno de exigências apresentado há três semanas por Luanda na reunião do Namibe.

Jonas Savimbi parece ter cedido a pressões e acatado conselhos de alguns aliados ocidentais e esta semana decidiu indicar o nome dos membros da sua organização que integrarão o Governo e as Forças Armadas Angolanas, no que foi entendido por alguns diplomatas como o primeiro sinal de provável desanuviamento da crise angolana.

Fontes governamentais reafirmaram, entretanto, ao EXPRESSO as suas «reservas», depois de a UNITA nos ter feito «engolir muitos sapos», ao assumir compromissos que de lá não cumpre, optando pela via da violação, como aconteceu após a assinatura do acordo de Namibe.

O novo primeiro-ministro, Marcolino Moco, que ontem dirigiu a delegação do Governo à cimeira da Linha da Frente, realizada em Harare, foi, de resto, categórico, ao condicionar a nomeação dos elementos designados pela UNITA como membros do Governo à retomada global dos acordos do Estoril.

Ben-Ben de regresso

Na lista da UNITA, a indicação do general Ben-Ben para o lugar de chefe-adjunto do Estado-Maior das FAA, depois de várias vezes dado como morto

nas confrontações de Luanda, surge como uma cartada que o seu líder, depois de alguns meios governamentais terem admitido esta semana que o chefe das tropas de Savimbi estaria vivo. O seu paradeiro, tido como desconhecido, tem estado a ser sinónimo de um «sebastianismo» à angolana, que fez despoletar esta semana uma guerra de contra-informação entre o Governo e a UNITA.

Mas as dores de cabeça com que o líder rebelde provavelmente não contava surgiram logo na quarta-feira. Na verdade, o espírito de boa-vontade expresso pela direcção do seu movimento acabou por coincidir com o anúncio de a ruptura do antigo «número um» do pelouro da Informação da UNITA, Norberto de Castro que, está sob custódia do regime de Luanda, pôs em causa o autoritarismo «do clã que rodeia Jonas Savimbi e a incapacidade deste de adaptar o seu movimento à luta democrática» e denunciou as práticas «tribais e racistas» cujas dimensões se abeiraram de uma «paralela próxima da irracionalidade».

Em diversos meios políticos de Luanda admite-se que novas demarcações no seio da UNITA venham a ocorrer. «O que é que você acha? Será preferível eu abandonar a UNITA ou permanecer nela e lutar pela sua democratização?» — a pergunta foi feita ao EXPRESSO na quinta-feira, em Luanda, por um alto dirigente da UNITA que, por razões de segurança, pediu anonimato e poderá seguir o exemplo de Norberto de Castro.

Esse mesmo dirigente receia, no entanto, que «o MPLA venha a fazer um aproveitamento político de eventuais dissidências de elementos da UNITA da política de Savimbi», advoga a necessidade de apoio aos moderados do MPLA e da UNITA para neutralizar os duros de ambos os lados, mas não deixa de reconhecer o imperativo da realização de um congresso na organização de Jonas Savimbi «com vista à sua democratização».

Sem alternativas

«A bola, contrariamente ao que deixa transparecer uma leitura apressada da nova posição da UNITA, está novamente no seu campo», disse uma fonte ocidental ao EXPRESSO. Ao manifestar-se disponível para o restabelecimento imediato do diálogo com a UNITA, Luanda, com efeito, condiciona o reconhecimento de uma nova atitude desta ao cumprimento «escrupuloso» de três pontos constantes nos Acordos do Estoril. São eles o regresso às áreas de localização e desarmamento total das forças militarizadas da UNITA, retomada pelos seus oficiais superiores dos lugares deixados vagos nas FAA e a aceitação — «sem ambiguidades» — pela UNITA da sua derrota eleitoral em Setembro último.

A aparente desconfiança do Governo em relação à UNITA, de acordo com alguns observadores, parece indicar um endurecimento das suas posições, depois da advertência feita na quinta-feira, na cerimónia de tomada de posse da nova chefia militar

do país, pelo chefe do Estado-Maior General das FAA, general João de Matos. No seu discurso, este foi peremptório ao afirmar que, «face à intransigência da direcção da UNITA, não resta outra alternativa senão mobilizar a juventude para defender a soberania e as conquistas democráticas do país».

Para alguns analistas, a direcção da UNITA, reunida a meio desta semana na cidade de Huambo para decidir da indicação dos seus representantes nos órgãos de soberania de Angola, parece ter começado a chegar à conclusão de que não restaria outra saída, tanto mais que nesta cidade se começa a viver uma situação insustentável, depois do bloqueio logístico imposto pelo Governo a partir da zona litoral de Benguela, de onde deixaram de chegar combustível, alimentação ou qualquer outro tipo de mercadorias para abastecer as populações locais.

«Sem luz, sem água e sem alimentação, estamos num beco sem saída» — disse ao EXPRESSO um membro da UNITA chegado na quarta-feira a Luanda por via terrestre. «O que se está a passar agora não é uma luta entre o Governo e a UNITA, mas entre a intransigência da chefia desta organização e uma nação inteira», disse, por sua vez, um membro da oposição angolana, ao mesmo tempo que manifestava o receio de que, por «estupidéz da UNITA», o Parlamento seja transformado numa versão mais refinada da antiga Assembleia do Povo controlada pelo MPLA.

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

Novo golpe de teatro em Angola

LUANDA

10 DEZEMBRO 1992

À MESMA hora em que, ontem em Lisboa, se tomava conhecimento da dissidência do coronel Norberto de Castro da UNITA, a comissão permanente deste partido anunciava os nomes escolhidos para o Governo «de unidade nacional» e a chefia das FAA, o exército único que 11 dos seus oficiais generais abandonaram em 6 de Outubro passado. Entre os «nomeados» figuram Carlos Morgado — o médico pessoal de Jonas Savimbi, «sob custódia» das autoridades governamentais desde a batalha de Luanda, no início de Novembro — e o general Arlindo «Ben-Ben», o antigo chefe do Estado-Maior das FAA, com o qual o secretário para a Organização da UNITA, general Manuvakola, dizia, terça-feira, 8, nunca a direcção do seu partido ter contactado desde o seu desaparecimento após aqueles confrontos.

«Ben-Ben» foi indicado para vice-chefe do Estado-Maior ge-

neral das FAA e Carlos Morgado para vice-ministro da Assistência e Reinserção Social. Este médico formado no Porto tem sido apontado por elementos ligados à UNITA com estando submetido a «severo interrogatório e sob tortura» por parte das autoridades de Luanda. Com ele, encontrar-se-ia o director do semanário da UNITA «Terra Angolana», Norberto de Castro, que ontem convocou a imprensa em Luanda para anunciar que vai ocupar o seu lugar de deputado no Parlamento.

Classificado desde sempre como um dos «falcões» da UNITA, Norberto de Castro surpreendeu tudo e todos com uma barragem de críticas ao «espírito belicista» e racista de dirigentes deste partido, entre os quais salientou Sahupe Pena, o sobrinho de Savimbi que morreu quando fugia de Luanda, no início de Novembro. «Onde está a UNITA de todas as raças, de todas as etnias?», per-

guntou Castro, acrescentando: «Respeito Savimbi, mas ele continua mal acompanhado, por gente que nunca se adaptou à vida da cidade».

Norberto de Castro foi o primeiro a verbalizar em público aquilo que oficiais moderados da UNITA passavam em privado, observa a agência Reuters, mas, em Lisboa, o representante da UNITA comperrou a mudança de posição do antigo dirigente com «o que se passou» com Xanana Gusmão. «Preso durante 15 dias, torturado, este homem vem hoje dizer aquilo que lhe permite salvaguardar a vida», disse Adalberto Júnior, em declarações à rádio TSF.

No comunicado em que indica os nomes dos seus representantes no Governo e nas forças armadas, a Comissão Política da UNITA anuncia também a decisão de ocupar os lugares que lhe cabem na Assembleia Nacional,

reafirma a sua aceitação de uma segunda volta das eleições presidenciais, exige a libertação «imediata e sem condições» dos seus membros presos e pede à ONU o envio de um contingente de «capacetes azuis» que controlem o cessar-fogo.

Para além de «Ben-Ben» e de Carlos Morgado, a UNITA apontou o seu antigo representante no CNE (Conselho Nacional Eleitoral), Vitorino Hossi, para ocupar o cargo de ministro da Cultura, o engenheiro Estêvão Kachungo para vice-ministro das Obras Públicas e Urbanismo, e os generais Chilingutula e «Wiyoy» para vice-ministro da Defesa e chefe do Estado-Maior do Exército, respectivamente. Nas estruturas internas, o general Dembo ocupa o cargo de vice-presidente, por morte de Jeremias Chitunda, e o general Manuvakola substituiu o secretário-geral Alicerces Mangó, dado como desaparecido.

Médico, 31 anos, ministro de Savimbi

Luis Miguel Viana

Depois de uma década a sonhar com Angola, Carlos Morgado vai, em 1986, para a Jamba, aos 26 anos. De Lisboa e do Porto leva o crédito de estudante brilhante e de uma militância intensa na UNITA. Médico, de ideias arrojadas e sem rancores, transforma-se no símbolo de uma nova geração de angolanos e num dos homens de confiança de Savimbi. Capturado pelo MPLA no golpe de Luanda, vive hoje a dupla condição de prisioneiro e de indigitado pela UNITA para vice-ministro do novo Governo.

Carlos Morgado, 31 anos, formado em Medicina no Porto, foi quarta-feira passada indicado pela UNITA para o cargo de vice-ministro da Assistência e Reinserção Social do Governo do MPLA. Ministro da Saúde do "Governo-sombra" da UNITA, a sua indicação não surpreende. Ele é um dos principais elementos da cúpula do movimento e um dos conselheiros mais próximos de Jonas Savimbi, de quem é médico pessoal. A organização por si concebida do sistema de saúde da UNITA, tanto nas frentes de batalha como nas áreas residenciais, foi elogiada por observadores portugueses, americanos e sul-africanos. Isto, aliado à reputação de cosmopolita e de liberal, confere-lhe um prestígio raro dentro e fora do movimento.

Ferido e capturado no golpe de Luanda de 30 de Outubro, Carlos Morgado foi inicialmente colocado sob "custódia" na Messe dos Oficiais de Luanda, apesar de ser deputado. Agora cre-se que está na cadeia de alta segurança da estrada de Catete e fontes da UNITA garantem que o estão a submeter a "severo interrogatório e a tortura". Suspenso entre a contintidade na cadeia e a possibilidade de governar Angola, com a imunidade parlamentar (a que normalmente teria direito) suspenso, Carlos Morgado vive um momento que dificilmente previria no dia 12 de Outubro de 1986, quando embarcou pela primeira vez para a Jamba, aos 26 anos, mais de uma década depois de ter pisado África pela última vez.

A "paixão" (a palavra é da mãe) de Carlos Morgado pela UNITA terá começado numa tarde de Março de 1975, quando num dos maiores comícios de Luanda vê e ouve Savimbi pela primeira vez. Tinha 14 anos de idade. Meses depois vem para Portugal como retornado e, tanto em Lisboa como, mais tarde, no Porto, passa a frequentar assiduamente os centros de reunião da UNITA. O projecto de voltar a Angola nunca esmoreceu. "Na Europa

nunca ficaria", garantiu-nos há dias o pai, Eurico Morgado. "O meu filho é um terceiro-mundista e, em Angola ou noutra país, o seu destino seria sempre África".

Carlos Morgado é filho de uma família com raízes profundas em Angola. Sua mãe, Ilda, nasceu em Gungungu Alto, no Norte, filha dum enfermeiro das brigadas que combatiam a "doença do sono". Eurico Morgado deixou Portugal aos sete anos. O casal faz parte da classe média branca: ele é chefe do departamento financeiro de uma empresa de ar condicionado, ela, depois de um período como professora primária, irá trabalhar para a mesma empresa como secretária da administração.

Carlos nasceu em Luanda em 1961, num dos bairros da marginal. Frequentará a Escola Primária nº 9, uma das que cultivavam o multirracismo de forma mais aberta, e distingue-se desde logo como aluno do "quadro de honra". Ainda hoje a mãe escreve com orgulho a caderneta escolar do filho e as fotografias que o mostram a receber o prémio de melhor aluno da escola.

No Liceu Paulo Dias de Novais, em Luanda, primeiro, e no Liceu Luís de Camões, em Lisboa, depois, Carlos Morgado continuará a ser aluno brilhante, com as pautas recheadas de notas 17 e 18 e, no 5º ano, até um 20 a Geografia. Em relação à sua vida académica manteve sempre o mesmo objectivo, formulado desde criança: ser médico.

Vivendo já no Porto, Carlos entra na Faculdade de Medicina, no Hospital de S. João, com a média de 18,7. Termina o curso com 16,7 valores, em 1983, aos

23 anos, e passa ainda dois anos em estágio no Hospital de Santo António, no Porto, antes de tirar a especialidade em Medicina Tropical, em Lisboa. Nessa altura Carlos Morgado estava pronto para cumprir o seu projecto, digamos, de cidadania. Voltar a Angola, ir para a Jamba, exercer medicina e combater.

Após o seu embarque em Outubro de 1986 no avião que o levaria ao Zaire, e depois à Jamba, a família de Carlos Morgado só voltaria a ter notícias suas em Março. E estas confirmavam que o facínora exercido por Savimbi — "o velho" — há 16 anos, no comício de Luanda, se tinha reforçado. E não era só isso. Ligado à Jamba durante anos apenas pelo sonho, Carlos tinha-se adaptado melhor à vida na savana e à guerra do que os estudantes da UNITA que lá tinham sido criados — e regressavam apenas cinco ou seis anos depois.

Durante anos, o jovem angolano exilado em Portugal tinha construído uma imagem de Angola baseada nos relatos familiares ("uma terra maravilhosa onde se colhem batatas quatro vezes ao ano e milho sempre") e nas conversas nas sedes da UNITA em Lisboa e Porto. O confronto com a realidade não o defraudou. Mas, é necessário que se diga, Carlos Morgado tinha-se preparado para ela.

Ao mesmo tempo que trabalha para a Juventude Universitária Revolucionária de Angola (JURE), a UNITA dos jovens, intensifica contactos com a Cruz Vermelha, é um dos fundadores do "Grupo 6 da Amnistia Internacional" e mantém estreitos contactos com os Médicos sem Fronteiras. Boa parte do tempo livre gasta-o em actividades políticas e a recolher roupas e medicamentos que a representação da UNITA canalizava para a Jamba. A sua intensa militância terá chegado aos ouvidos de Savimbi, que, sem o conhecer pessoalmente, lhe manda de Paris o livro "A Chave para África" autografado.

Ainda em Portugal, conhece no partido aquela com quem viria a casar, já na Jamba. Céba, "a Celita", como todos a tratam, "uma grande mulher", diz a sogra, "que aguentou como poucas o fariam aqueles tempos da batalha de Mavinga", um dos últimos confrontos de grandes proporções antes da assinatura dos acordos de paz.

É justamente em Mavinga que Carlos Morgado consolida a sua reputação de importante quadro da UNITA. Aí constrói um hospital subterrâneo, ao que consta um hospital de guerra modelo, que acabaria destruído durante os confrontos mais duros dessa batalha. De resto, já então como sombra de Savimbi, monta o sistema de saúde militar da UNITA, sempre com a fama de pessoa afável, expansiva e obsessivamente organizada.

Esteve nas frentes de batalha nas horas decisivas, mas o seu perfil acabaria por se definir nas imensas viagens que fez ao serviço da UNITA, sozinho ou acompanhando Savimbi. É

branco, culto, poliglota. É um "kuawcha" (designação dada aos militares da UNITA), mas

assume-se como contraponto aos falções, ao espírito belicista e vingativo que germina nos guerrilheiros mais encuraçados.

Carlos Morgado acaba também por se tornar, dada a notoriedade que lhe foi crescendo sendo conferido, no símbolo do sucesso de uma nova geração de angolanos, que aliam a uma elevada formação académica um patriotismo isento dos rancores. É, ainda, dentro dos limites que um movimento de guerrilha impõe, um tecnocrata. Durante o último Verão, passado em Luanda preparando as eleições, numerosas empresas portuguesas e multinacionais de produtos farmacêuticos deslocaram altos funcionários a Angola apenas para falar com Carlos Morgado. Uma ilha em paz (na altura isso parecia mais possível) é um mercado extremamente aliciante e, preparando a eventualidade de uma vitória da UNITA, o mundo dos negócios dirige-se ao possível futuro ministro da Saúde.

Tudo ruíu no dia 30 de Outubro, quando o MPLA expulsou, prendeu e matou alguns dos principais quadros da UNITA. Carlos Morgado é capturado e ferido numa mão e num pé. Um estilhaço penetra-lhe na cabeça. Nada que lhe ameace a vida, dirá depois à mãe. Nesse mesmo dia, no Huambo, é pai. A menina, que nasceu cedo de mais, pesando pouco mais de dois quilos, chama-se Luadgi (supõem os avós que escreve assim), o nome de uma rainha ovimbundo que simboliza a paz e a prosperidade. Ao mesmo tempo, no Porto, o seu pai adocece gravemente e tem de ser operado.

Até ao dia 23 de Novembro, Carlos Morgado é mantido sob custódia na Messe dos Oficiais em Luanda. É razoavelmente tratado: tem acesso a telefone, fax e, ao que se sabe, entregaram-lhe os óculos que os pais lhe enviaram de Portugal, dado que os seus se tinham partido durante o golpe. Contudo, depois de ter participado na carta aberta enviada pelos prisioneiros da UNITA ao cardeal de Luanda, Alexandre do Nascimento, e de ter dado uma entrevista à TSP, Carlos Morgado fica incomunicável. Detido e possivelmente torturado. Dentro de dias se saberá se será vice-ministro ou prisioneiro do país que, mesmo à distância, sempre amou. ■

António Matos
em Luanda

PÚBLICO

11 DEZEMBRO 1992

Em Angola vivem-se dias de desambramento e realbreem-se as perspectivas de diálogo entre as partes. Fruto da abertura da UNITA e da pressão dos Estados Unidos, que adiaram o reconhecimento do novo Governo angolano. No dia em que o MPLA fez 36 anos, as cúpulas militares tomaram posse.

Uma dezena e meia de oficiais-generais foram ontem empossados nas estruturas administrativas do Estado-Maior General das Forças Armadas Angolanas (FAA), numa cerimónia presidida pelo ministro da Defesa, general Pedro Maria Tonha "Pedalé", que entregou ao chefe de Estado-Maior General, João Baptista de Matos, 37 anos, as quatro estrelas de general do Exército, a mais alta patente do novo exército.

Os brigadeiros e generais que ontem passaram a integrar as cúpulas das forças armadas unificadas, todos provenientes das FAPLA (exército do MPLA), juraram fidelidade perante os acordos gerais de paz para Angola. No seu breve discurso, João Matos advertiu que, "apesar de féis aos acordos de Bicesse, as FAA não podem ficar indiferentes à situação vigente", considerada de guerra, pela qual é responsabilizada a UNITA.

Firmeza foi a palavra utilizada pelos observadores para classificar o discurso de João Matos,

nomeadamente depois de nas últimas 48 horas a crise político-militar ter conhecido uma significativa distensão. O novo CEMGFAA não hesitou, não obstante a flexibilidade revelada pelo partido de Jonas Savimbi nos últimos dias, em afirmar que será mobilizado "todo o povo, inclusive a juventude, para a defesa das conquistas democráticas".

Distensão aparente

O tema do dia ontem na capital seria a indicação pelo comité permanente da comissão política da UNITA dos nomes para o Governo de "unidade nacional" e para as estruturas de chefia das FAA, bem como o seu assentimento para que os representantes do "galo negro" tomassem assento no parlamento. Entre os militares, a atitude de Jonas Savimbi era atribuída à forte pressão dos Estados Unidos, enquanto para o primeiro-ministro, Marcelino Moco, "o passo agora dado é positivo", mas a sua posse "fica suspensa até ao regresso da UNITA aos acordos de Bicesse".

O governamental "Jornal de Angola" escrevia em manchete "Luz no fundo do túnel", admitindo "que uma solução negociada da crise parece agora viável". Mais cauteloso era, porém, Marcelino Moco, que diz ser necessária "prudência para não cair noutra".

O Governo mantém-se intransigente nas condições impostas à UNITA para que os seus representantes ocupem os lugares que lhes estão atribuídos nos órgãos de soberania. Antes de mais, como condição para se restar o diálogo, o MPLA impõe o abandono das cidades do Uíje e do Negaje, exigência que a UNITA diz já ter cumprido, mas da qual o Governo desconfia. Depois, até à total desmilitarização do movimento de Jonas Sa-

vimbi, os homens cujo partido ontem comemorou 36 anos querem ver restituída a todo o território a administração do Estado.

Um caminho ainda longo, para que se possa voltar a falar de paz em Angola. Talvez por isso, os Estados Unidos da América decidiram não reconhecer, para já, o Governo angolano. Depois de insistentes pedidos do novo Executivo de maioria MPLA, a representação em Luanda dos EUA formalizou ontem numa nota a posição que se esperava (ver PÚBLICO de ontem). "Nós ainda não podemos tomar esta medida porque a situação em Angola ainda é muito grave", explica Joseph Schreiber, porta-voz da missão diplomática norte-americana na capital angolana.

Os governantes norte-americanos dizem-se "encorajados" pela retirada das tropas da UNITA do Uíje e do Negaje, mas acreditam que ainda há outros passos que os dois lados deveriam dar para restabelecer o diálogo. Washington sugere, nomeadamente, a retirada das tropas da UNITA de outras localidades ocupadas e a indicação dos nomes para o Governo e Assembleia Nacional.

A terminar, a nota diz que "os Estados Unidos creem que podem continuar a assumir um papel muito útil de ligação entre os dois lados, se mantiverem, por enquanto, a sua posição como observadores".

Nos círculos diplomáticos da capital angolana a posição norte-americana foi interpretada como uma forma hábil de fazer subir a pressão sobre as duas partes — sobre o Governo, na medida em que faz depender do alcance da paz um objectivo tão caro ao MPLA; sobre a UNITA, porque se fala agora das "outras localidades ocupadas" e não apenas do Uíje e Negaje. ■

Savimbi em entrevista à SIC

"Estou convencido que a UNITA ganhou"

NUMA ENTREVISTA transmitida ontem à noite pela televisão portuguesa SIC, o líder da UNITA insistiu na tese de que "houve fraude" nas eleições angolanas de 29 e 30 de Setembro: "E temos provas. Todos os dias nos chegam boletins que não foram para Luanda, actas que não foram para Luanda. Isso estamos convencidos e temos mostrado isso à própria UNAVEM II. Até hoje estou convencido que houve roubo de votos. Estão a chegar votos do Uíje, do Negaje".

Em declarações aos jornalistas Cândida Pinto e Carneiro Jacinto, Jonas Savimbi afirmou: "Estou convencido, como qualquer dos meus colegas, que a UNITA ganhou as eleições. As eleições foram roubadas. Se nós estamos a fazer concessões é só e unicamente, se o podemos fazer, ao sentido de evitar a guerra em Angola".

Depois do desabafo "eu vou ganhar as eleições um dia!", e perante uma pergunta sobre se aceita a derrota nas já efectuadas, prosseguiu: "O que é que eu posso fazer mais? Vou lutar contra a ONU? Vou lutar contra toda a gente? Então seria, da minha parte, viver da ilusão. Desta vez, não faz mal. Quantas derrotas eu já tive na minha vida e quantas vezes já consegui recuperar?".

Savimbi insistiu no pedido de que a organização da segunda volta das presidenciais fique a cargo da ONU: "Queremos começar agora do zero, no que diz respeito à segunda volta. Nem a mesma tipografia vai imprimir os boletins... tem que ser outra organização nomeada pela ONU; nem o Governo vai controlar os boletins... tem que ser a ONU. Verificação e contagem também tem que ser a ONU. Nesta base estamos dispostos a participar na segunda volta".

Numa primeira reacção às novas declarações de Savimbi, o primeiro-ministro angolano, Marcelino Moco, disse à emissora oficial portuguesa Antena Um que "quem cometeu e organizou a fraude foi a UNITA". E que se ainda não se realizou a segunda volta das eleições presidenciais, foi "devido ao comportamento anti-democrático da UNITA e do seu líder". ■

EXPRESSO, SABADO 12 DE DEZEMBRO DE 1992

Luanda espera deserções da UNITA

Gustavo Costa
correspondente em LUANDA

ALGUNS dos destacados dirigentes e quadros da UNITA que se encontram sob custódia de Luanda poderão criticar publicamente, na próxima semana, a liderança de Jonas Savimbi. O exemplo de Norberto de Castro, antigo vice-ministro da Informação no Governo-sombra da UNITA, poderá assim ser seguido por outros companheiros, na sequência de possíveis rupturas com a organização de elementos afectos à ala moderada.

Considerado em certos círculos um «golpe de teatro», o gesto assumido por Norberto de Castro está a ser analisado com prudência pelas autoridades governamentais, «peló alcance que poderá ter».

[Em Lisboa, foi exigida às

autoridades angolanas a «imediata libertação» de Fátima Roque por 50 professores da Universidade Nova. Num abaixo-assinado, entregue na Embaixada de Angola, os signatários prestam o seu «testemunho e solidariedade pessoal» à deputada eleita pela UNITA, consideram a sua detenção «o máximo preocupante e inexplicável» e dizem não pretender «tomar uma posição política partidária» mas apenas «que os Direitos Humanos sejam respeitados».]

No terreno militar a situação mantém-se tensa, com um aumento das reservas por parte do Governo em relação às novas posições da UNITA. Fontes diplomáticas admitem a iminência de um recrudescimento das acções militares das autoridades governamentais.

[Em Edimburgo, numa reu-

nião dos directores políticos dos Negócios Estrangeiros dos Doze, foi aprovada, ontem, uma declaração em que a UNITA é instada a respeitar os resultados eleitorais e Luanda a prosseguir o processo democrático.]

Luanda acolheu, entretanto, com agrado o provável afastamento do general nigeriano Édouard Uzima do cargo de chefe da missão militar da UNAVEM II, cujo desempenho terá provocado alguma decepção à representação especial do secretário-geral da ONU, Margaret Ansett.

As autoridades angolanas mostram-se cépticas quanto à sua substituição por outro nigeriano, preferindo um oficial da Europa ocidental, de forma a «salvaguardar maior seriedade e equilíbrio no trabalho da UNAVEM», de acordo com uma fonte do Executivo.

SEGUNDO UM comunicado da Amnistia Internacional, AI, recentemente distribuído, Godfrey Nangonya foi novamente preso, acusado de pertencer à UNITA. Pouca gente o conhece e, no entanto, é um nome importante do nacionalismo africano. Luandino Vieira fez dele personagem de um conto. A Amnistia Internacional acompanha há anos o seu trajecto pouco feliz: preso primeiro pela polícia política sul-africana, depois pela PIDE, vezes sem conta, e a seguir pelos seus companheiros do MPLA, Nangonya passou metade da vida dentro da cadeia.

Em Junho de 1962, numa cela estreita do Pavilhão Prisional da PIDE, em Luanda, o escritor Luandino Vieira lembrou-se de Godfrey Nangonya e dedicou-lhe um conto, "O Exemplo de Job Hamukujaja", mais tarde integrado no volume, "Vidas Novas", que viria a ser o quarto livro do mais famoso escritor angolano. O conto é uma homenagem sentida à coragem e à imensa dignidade de um humilde descendente de pastores quanhama. Um homem de antes quebrar que torcer.

Na altura Godfrey Nangonya tinha 31 anos e um passado impressionante: natural de Kiedi, província do Kunene, no extremo sul de Angola, completara o quarto ano liceal num colégio da Namíbia, então colónia da África do Sul. Em 1947, pediu a incorporação no exército do Botswana chegando a primeiro sargento. Terminado o serviço militar regressou à Namíbia, conseguindo emprego no Alto Comissariado da Ovambolândia. Amigo de vários dirigentes nacionalistas da África Austral, entre os quais Toyvo-ya-Toyvo e o falecido Nobel da Paz, Albert Luthuli, envolve-se na luta contra o regime de minoria branca, ao lado do Partido Comunista Sul-Africano e do ANC.

Preso pela primeira vez em 1951 é expulso da África do Sul e vai viver para Luanda, onde conhece Ilídio Machado e Higino Aires de Almeida, nomes históricos do nacionalismo angolano. Em 1953 parte para o Cunene; o objectivo é sensibilizar as populações quanhama para os ideais nacionalistas e preparar um amplo levantamento popular. Detido em Outubro desse ano e logo solto, volta a Onjiva, recomeça todo o trabalho político, é novamente preso, barbaramente torturado e finalmente

degradado para São Tomé. Mas não desiste: a partir da pequena ilha continua a tramar a queda do império português. Agentes de Kwame Nkruma, o mítico presidente do Gana, conseguem introduzir-se em São Tomé e fotografam-no; mais tarde essas fotografias são utilizadas numa febril sessão da Assembleia Geral das Nações Unidas para desmentir afirmações do representante português, segundo o qual não existiam nas colónias africanas sinais de agitação nacionalista.

Godfrey Nangonya não consegue permanecer muito tempo fora das prisões coloniais; embarcado para Luanda é preso logo a seguir, posto em liberdade e preso outra vez, agora no Kunene, onde o seu nome era já um símbolo de revolta entre o povo quanhama. É na cadeia que Nangonya conhece a maior parte dos dirigentes do MPLA, entre os quais Agostinho Neto e Joaquim Pinto de Andrade. Libertado em Novembro de 1960 segue para o Lubango e dali para Onjiva; à sua espera estava um grupo de jovens nacionalistas namibianos que o ajudaram a passar a fronteira. Toyvo-ya-Toyvo convence-o a permanecer na Namíbia, lutando pela independência do território, e Godfrey assina o documento que transforma a Organização do Povo da Ovambolândia, OPO, em SWAPO, tornando-se membro da conse-

lho executivo deste movimento. Em 1961 é preso pela polícia política sul-africana e repatriado para Angola.

É nesta altura que conhece José Mateus Vieira da Graça, o qual, depois da independência, havia de transformar o pseudónimo literário em nome próprio passando a assinar Luandino Vieira. Era um tempo de vibrante agitação nacionalista. Luandino, juntamente com os poetas António Cardoso e António Jacinto, tenta criar uma rede bombista com a intenção de trazer a guerra para o coração das cidades e despertar a população de origem europeia. O nome de Godfrey é várias vezes referido no famoso processo que condena o escritor angolano a 15 anos de prisão. Godfrey leva 17.

O 25 de Abril demora algum tempo a instalar-se em Angola. Godfrey Nangonya só retoma a liberdade em Agosto. Aos 43 anos, uma grande parte dos quais passados atrás das grades, é um homem cansado e desiludido. Tenta manter-se afastado da actividade política, mas a sua atitude é mal compreendida. Estava-se em plena euforia revolucionária; os intelectuais da Revolta Activa, como Mário Pinto de Andrade ou Gentil Viana, que tinham posto em causa a direcção de Agostinho Neto, eram apontados como traidores. Ficar calado despertava suspeitas ferozes. Godfrey Nangonya começa a

ser perseguido pelo MPLA. Os seus amigos do SWAPO voltam a insistir com ele para se fixe na Namíbia; João Vahekeni, um dos mais conhecidos militantes quanhama da UNITA, consegue persuadi-lo a aderir ao movimento. Em má altura. No mês de Fevereiro de 1976 as tropas do MPLA, apoiadas por soldados cubanos, tomam o Huambo e os homens de Savimbi recuam para a mata.

Godfrey é novamente preso; entre os seus captores reconhece agora antigos companheiros de cela. Num acuartelamento das FAPLA, no Cunene, é espancado durante horas. Amarram-lhe o sexo com uma corda e enquanto o interrogam essa corda é esticada por um homem postado atrás de si. No Lubango volta a ser espancado; despenha-no e colocam-no durante uma noite inteira debaixo de um chuveiro. No Lubango, cidade construída a mais de dois mil metros de altitude, as noites são geladas. Finalmente, levam-no para Luanda. Libertam-no em 1981, sem nunca o terem sujeito a julgamento.

Após os acordos de Bicesse, Godfrey Nangonya é apresentado como um dos chefes da rede clandestina da UNITA na capital angolana. Mas não chega a beneficiar do estatuto de "herói da resistência". Responsável pela Secção dos Direitos Humanos da Associação Cívica Angolana, ACA, de Joaquim Pinto de Andrade, Godfrey questiona os dirigentes da UNITA sobre a situação dos presos políticos na Jamba. Jonas Savimbi não gosta. Godfrey é "esquecido" pelo movimento do galo negro; durante a campanha eleitoral não surge uma única vez nos tempos de antena da UNITA, apesar de ser uma figura extremamente respeitada entre o povo quanhama.

Desgraçadamente, ao "esquecimento" da UNITA não correspondeu idêntica falta de memória do MPLA. Segundo informações da Amnistia Internacional, Godfrey Nangonya foi preso em sua casa no dia 1 de Novembro. Levado para a Prisão da Estrada de Catete, onde, segundo denúncias várias, têm sido torturadas centenas de presos de consciência, Godfrey Nangonya permanece incomunicável.

O Governo diz não saber dele. A UNITA permanece em silêncio. ■

José Eduardo Agualusa

O exemplo de Godfrey Nangonya

Reviravoltas angolanas

PÚBLICO 12 DEZEMBRO 1982

"NÃO SE POUPEM os brancos, pois eles são os pais dos negros dos mulatos" — terá sido a última orientação dos dirigentes da UNITA, mortos nos acontecimentos de Luanda de 31 de Outubro, que deu a volta à cabeça de Norberto de Castro, o mulato mais "falco" dos "falcoes" (até aqui) de Jonas Savimbi.

O resultado assistiu-se, via TV, na quarta-feira: a mais inesperada abjuração política depois do arrependimento público de Xaranga Gusmão, uma semana antes. Não faltaram, por isso, as analogias retiradas de um e outro caso, dimensionadas à escala da mais perfeita operação mediática tão em voga nos dias de hoje.

No caso angolano, muita coisa ficou, no entanto, ainda por perceber: quando começou a viragem de Norberto de Castro? Ao fim dos 16 dias da sua detenção ou antes — quando foi destituído da direcção do jornal da UNITA, "Terra Angolana" (substituído, curiosamente, por outro célebre transfuga da complicada cena angolana: Raimundo Sotto-Mayor, autor de um dos mais agressivos livros anti-Savimbi, "Histórias de Uma Traição"? E só agora é que percebeu que a UNITA é um movimento recista?

Uma coisa é certa: Norberto de Castro, conhecido ainda há um mês pelas suas declarações mais inflamadamente anti-MPLA e a sua "en-

surage" (crioula) huandense, fica a fazer companhia no novo Parlamento de Angola a outros recém-convertidos ao "charme" de José Eduardo dos Santos. São o caso dos ex-FNLA Hendrick vaal Neto, Paulo Tuba e John Finnock Eduardo, acusados pela propoganda do MPLA nos anos-brasa de 75, de práticas canibais... E, como Vaal Neto acaba de ser investido vice-ministro da Informação, tudo é possível: inclusivamente, a nomeação de Norberto de Castro para o lugar ainda vago de ministro da Informação de Angola. Isto é: para substituir o (até aqui) seu arqui-rival Rui de Carvalho, um crioulo como ele. ■ J.M.C.

Oposição muito desunida

NA TERRA de Amílcar Cabral, por entre um mar de dificuldades e desafios económicos, continua um debate político que é intenso, mas circunscrito às formações partidárias que no dealbar da democracia lutam por um lugar ao sol, ainda que em sacrifício de objectivos maiores e mais dignificantes. Para já, as eleições continuam marcadas para o fim do primeiro trimestre do novo ano e todos dizem estar de acordo.

Após o surgimento de uma coligação no seio da oposição, verificou-se uma convulsão na classe política guineense, constatando-se assim o que há muito era do conhecimento público: os adversários do PAIGC estão divididos e, mais do que isso, tentam anular-se mutuamente, esquecendo que inicialmente haviam traçado como objectivo principal apagar do poder o partido de "Nino" Vieira.

O Fórum Democrático — espaço de concertação da oposição — ficou seriamente abalado com a decisão de quatro partidos (Partido da Convergência Democrática, Frente de Libertação e Inde-

pendência da Guiné, Partido da Democracia e Progresso e Partido da Renovação Social) de criar a União Democrática da Oposição (Unido).

Os signatários do novo bloco lançaram acusações de que "dois partidos do Fórum estão em conluio com o PAIGC" e deixaram subjacente a ideia de que o mesmo Fórum já havia esgotado a sua missão.

Entretanto, as restantes seis formações já existentes não só reafirmaram a necessidade de tal estrutura como estão a envidar esforços para a sua coesão, na perspectiva da criação de uma nova coligação com fins eleitorais, de onde poderia surgir "um candidato forte" às presidenciais.

Este desajustado tem favorecido o partido governamental, que aos olhos da opinião pública surge como alternativa a ele próprio, porquanto é o que dá melhor imagem de unidade, serenidade e de tranquilidade. E não se faz rogado, lançando-se abertamente em campanhas de mobilização e propaganda por todo o país, utilizando a máxima "se eles não

se entendem, como poderão governar?". Não há dúvidas de que o PAIGC está em plena campanha eleitoral, e com o beneplácito dos seus adversários.

Eleições adiadas

Com esta tempestade a abater-se sobre a oposição e tendo em conta o atraso na preparação das leis e na indicação da Comissão Eleitoral, também se começa a pensar que as eleições — que estiveram para ser efectuadas no fim deste ano — poderão ser uma vez mais adiadas. Mas na verdade a ninguém interessa novo adiamento. Ao PAIGC porque está a braços com graves problemas de governação, com a ajuda externa condicionada à instauração da democracia. E aos partidos da oposição porque já investiram tudo o que tinham e a maior parte se encontra sem fundos, correndo alguns o risco de desaparecer da cena política caso o processo sofra novos atrasos.

Os onze partidos existentes na Guiné-Bissau, incluindo o PAIGC, declara-

ram ao PÚBLICO que querem eleições no primeiro trimestre de 1993 e só aceitam que o atraso possa ir até ao fim de Abril.

As reuniões da Comissão Multipartidária de Transição ainda não produziram os consensos necessários à calendarização do processo eleitoral, incluindo a composição da Comissão Nacional Eleitoral, que o Governo norte-americano — financiador do processo — exige que seja independente.

A margem de toda esta roda viva coloca-se o cidadão comum, mais interessado nos problemas do dia a dia, na sua redução constante de poder de compra e na ameaça de desemprego, ditada pelo Programa de Ajustamento Estrutural, contra nevrálgico da política económica guineense.

Embora se tenha verificado um aumento da produção agrícola nos últimos nove anos, os resultados económicos conseguidos com a implementação daquele programa não são satisfatórios: as importações representam mais de três vezes as exportações. ■

António Soares Lopes,
em Bissau

PÚBLICO

TERÇA-FEIRA, 9 DEZEMBRO 1992

ÓNU intervém em Moçambique

O SECRETÁRIO-GERAL Butros-Ghali recomendou ontem a constituição de uma operação das Nações Unidas para Moçambique (Onumuz), englobando de 7000 a 8000 homens, a enviar por etapas, a fim de fiscalizar o processo de paz e as eleições gerais previstas para dentro de um ano. O dispositivo teria componentes militar, policial e

civil, encarregados do mandato político, militar, eleitoral e humanitário da operação — sublinha Butros-Ghali num relatório dirigido ao Conselho de Segurança. A Onumuz deverá competir fiscalizar o acantonamento, o desarmamento e a desmobilização das tropas do Governo moçambicano e da Renamo, a formação das novas

Forças Armadas de Defesa de Moçambique, a reinstalação de cinco a seis milhões de refugiados e pessoas deslocadas, a distribuição de auxílio humanitário em todo o país e a organização de eleições legislativas e presidenciais. Segundo o acordo de paz assinado em Roma, as eleições seriam em Outubro de 1993, mas o secretário-ge-

ral das Nações Unidas admite a hipótese de terem de ser adiadas, devido a atrasos em tudo o que se relaciona com a sua organização. O Conselho de Segurança deverá em breve efectuar consultas para examinar o relatório, logo que se saiba ao certo o custo da operação, que poderá ser superior a 500 milhões de dólares. ■

PÚBLICO

14 DEZEMBRO 1992

Investimentos em Moçambique

A FOMENTO está a investir, na indústria têxtil de Moçambique, cerca de três milhões de contos, destinados a sanear financeiramente algumas empresas e a proceder à transferência de tecnologia portuguesa. Trata-se de um complexo têxtil denominado Textáfrica, localizado em Nampula, no centro de Moçambique, nascido ainda no tempo do Estado Novo com o objectivo de ser elemento importante no fornecimento de algodão, e que está a ser relançada desde 1987. Neste momento, a Textáfrica é um projecto em parceria com o Estado moçambicano, detendo este 40 por cento e a Fomento 60 por cento do capital.

Em 1991, estavam a ser tratados 1200 hectares de algodão e, este ano, foram semeados

mais 1600 hectares de terra. A ideia é desenvolver, no próximo ano, até aos 30 mil hectares, estando já pedidas outras concessões ao Estado moçambicano (proprietário das terras) que somarão a médio prazo 70 mil hectares, tudo para plantações de algodão. Segundo José Pinto Leite, simultaneamente administrador da Fomento e da Novair, pretende-se "revitalizar o tecido industrial da região, proporcionando um ciclo produtivo completo: produção de algodão, fição, tecelagem". A parte social assume importância fundamental, já que há necessidade de fixar os nativos à terra para disponibilizar mão-de-obra suficiente. Para tal, o projecto integra a cedência gratuita de terras aos trabalhadores e o garante um apoio

médico, técnico, escolar e alimentar, com várias infra-estruturas recreativas e sociais.

Paralelamente, o grupo BPA (Fomento, Conselho...), o Banco Comercial de Moçambique e uma companhia seguradora daquele país africano estão prestes a constituir uma sociedade de investimentos — a Socinveste — cuja escritura deverá ser realizada até 6 de Janeiro próximo. Será a primeira sociedade de investimentos a constituir-se em Moçambique.

Os projectos da Fomento em Angola estão mais atrasados. A gestão de um complexo agro-industrial semelhante — a Tertangue — está ainda a ser negociado com o Estado angolano. ■ C.F.

O GLOBO 14 de dezembro de 1992

Moçambique: Brasil enviará militares

SANDRA BRASIL

BRASÍLIA — O Brasil será o primeiro país a mandar militares voluntários para participar da missão de paz das Nações Unidas em Moçambique. Na próxima quarta-feira, 20 militares — 15 do Exército e cinco da Marinha — seguirão para Maputo, capital de Moçambique, onde atuarão como observadores da ONU. Militares brasileiros participam de missões semelhantes em El Salvador, Angola e na Iugoslávia.

Dhlakama visita Mugabe

MUDUO 14 DEZEMBRO 1992

O LÍDER da Renamo, general Afonso Dhlakama, está hoje de visita oficial ao Zimbábue, a fim de debater com o respectivo Chefe de Estado, Robert Mugabe, o atraso verificado no envio de forças das Nações Unidas para Moçambique.

Entretanto, a ONU criticou severamente o Governo moçambicano pela retomada de Lugela pela força — noticiou ontem, em Maputo, a publicação "mediaFAX", enquanto o secretário-geral das Nações Unidas tenta conseguir do Conselho de Segurança a criação efectiva de uma Operação das Nações Unidas em Moçambique (ONUMOZ).

Numa reunião efectuada na semana passada pela Comissão de Supervisão e Controlo (CSC), o representante das Nações Unidas em Maputo, Eric de Mul, pediu ao Governo que

respeite as estruturas criadas pelo Acordo Geral de Paz assinado em Roma no dia 4 de Outubro.

Naquela comissão, a ONU está a ser apoiada por delegados da França, Itália, Portugal, Grã-Bretanha, EUA e Organização de Unidade Africana.

As tropas governamentais retomaram Lugela em 21 de Novembro, quando a CSC se preparava para enviar lá uma delegação, a fim de averiguar queixas da Renamo segundo as quais as forças da Frelimo queriam reconquistar a localidade pela força.

O Conselho de Segurança está a debater, em reuniões informais, um relatório em que o secretário-geral Butros-Ghali afirma que não será possível criar em Moçambique as condições para um razoável acto eleitoral se antes disso a situação

militar não ficar completamente sob controlo.

O diplomata egípcio que dirige a ONU deseja para a ONUMOZ 354 observadores militares, cinco batalhões de infantaria de cerca de 850 homens cada, um batalhão de engenharia, três companhias de logística e, ainda, unidades aéreas, médicas e de comunicações.

Quanto à Divisão Eleitoral prevista por Butros-Ghali, seria constituída por 148 funcionários de diversas nacionalidades, aos quais se juntariam depois 1200 observadores das eleições.

O secretário-geral considera "grande e difícil" a tarefa que o Governo moçambicano e a Renamo pediram à ONU que desempenhe, chamando a atenção da comunidade internacional para o risco que a mesma comporta, tendo em conta "experiências recentes".

EXPRESSO, SÁBADO 12 DE DEZEMBRO DE 1992

Pré-campanha arranca em Moçambique

NÃO se sabe ainda quando se realizarão as primeiras eleições gerais multipartidárias, mas Moçambique já entrou em fase de pré-campanha eleitoral. Todos os partidos se começaram a movimentar para a disputa do acto eleitoral, embora as Nações Unidas já tenham dito que só anunciarão a data da sua realização depois da desmobilização das forças do Governo e da Renamo e da constituição de um exército único.

Os novos partidos pertencem para a corrida com alguma desvantagem. Acusando tanto a Frelimo como a Renamo de «compra-rem o voto popular», através da distribuição dos donativos internacionais, muitos deles — o Movimento Nacionalista Moçambicano (Monamo), o Partido da Convenção Nacional (PCN), a União Nacional Moçambicana (Unamo), o Partido Democrático de Moçambique (Pademo), o Partido Nacional Democrático (Panade) ou a Frente Unida de Moçambique (Fumo) — estão ainda a preparar os Congressos constitutivos ou a legalização, mas já começaram a enviar propaganda e delegados para as várias províncias.

«Acabar com o medo da Frelimo e da Renamo» e que as populações confiem nos «Partidos que não mataram» têm sido alguns dos «slogans» dos pequenos partidos.

O espectro de Angola

Todos eles defendem, no entanto, que o calendário preconizado nos acordos de paz,

assinados em Outubro, favorecerá os dois ex-beligerantes, por serem os únicos com capacidade financeira para desenvolver uma campanha eleitoral minimamente eficaz. Em alternativa, propõem a formação de um Governo de gestão por um período mínimo de três anos, durante os quais se recuperaria um conjunto de infra-estruturas básicas necessárias à realização das eleições.

«O Presidente Chiluzo devia de optar por uma via mais inteligente, dissolvendo o Governo e formando um Executivo Interino de unidade nacional, para se levantar de tantos erros e evitar jogadas sujas na fase pré-eleitoral, que poderão degenerar num desastre pós-eleitoral», afirma um dos homens-fortes da Fumo, Pedro Luforte, numa declaração que foi apoiada por vários partidos.

Vários líderes partidários temem que, se a Frelimo e a Renamo continuarem a menosprezar os novos partidos políticos, o povo moçambicano poderá ser colhido por uma realidade mais desagradável do que a que se abate sobre Angola.

As acusações contra a Frelimo são similares às que são feitas à Renamo, que, com um novo discurso conciliatório, está a intensificar a luta política, desenvolvendo uma activa campanha junto das populações nas zonas sob sua influência e multiplicando convites a jornalistas nacionais e estrangeiros para visitar os seus campos.

Retinaldo Chiluzo
correspondente em MAPUTO

Dhlakama e Mugabe fazem paz

O PRESIDENTE Roberto Mugabe do Zimbábue e o seu velho inimigo, o líder da Renamo Afonso Dhlakama, «fumaram» na quinta-feira o «cachimbo da paz» e decidiram encerrar as armas e acabar com as suas divergências, após uma conversa que durou 90 minutos em Harare, a capital zimbabueana.

Numa viragem radical face à sua anterior política e num gesto de reconciliação que poderá ter importantes repercussões à escala regional, Dhlakama declarou sorridente, à saída da reunião, que não se opõe à presença das tropas zimbabueanas no território moçambicano para proteger instalações e infra-estruturas vitais para a economia de Harare, até que sejam substituídas por forças de manutenção de paz das Nações Unidas.

Afonso Dhlakama está no Zimbábue desde quarta-feira e tem planos para manter conversações com alguns líderes dos países da Linha da Frente, que ontem se reuniram de emergência para analisar a situação angolana, após o descalabro registado a seguir às eleições de Setembro.

R.C.

São Tomé e Príncipe

Demissão em perspectiva

O QUADRO político em S. Tomé e Príncipe está em vias de sofrer alterações radicais, depois da expressiva derrota consagrada pelo Partido da Convergência Democrática/Grupo de Resistência (PCDGR), no Governo, nas eleições autárquicas de domingo.

Esta manhã, o Presidente da República, Miguel Trovoada, irá iniciar uma ronda de consulta e sustentação às cinco formações políticas que concorreram às autárquicas. Hoje ainda, o PCDGR deverá apresentar um documento, fundamentando as possíveis alternativas que se colocam neste momento ao partido: continuar no poder e ser derrubado ou abandonar a esfera governativa e relegar as bases do partido. Alguns dirigentes, em conversas privadas, dizem entender que o PCDGR não tem vocação suicida e que não está predisposto a continuar a resistir contra a maré.

Vencedor fulgido e convincente das legislativas, o PCDGR não conseguiu, cerca de dois anos depois, conquistar uma só das sete câmaras em disputa. A emergência de uma nova crise vai ganhando contornos cada vez mais nítidos, embora nenhuma das forças em presença o tenha ainda explicitamente reconhecido. Ficou porém claro, após a divulgação dos resultados provisórios, que a precária sobrevivência do Executivo desafiado por Norberto

Costa Alegre ir-
custa e que a co-
se tinha alterad-

As autárqu
o isolamento de
mental, sendo e
ável a hipótes
Parlamento e
eleições gerais
missão Política
em sessão mar
feira, apressou
final limitou-se
municado local
ficou o desaire
nitidade da derro
vamente resul
junto de factor
que a severida
medidas econó
ria bastado par
nas a punição
namental.

Numa ent
líder do MLE
Graça, indicou
se estava a pr
eventual antec
tivas. Element
da Acção Dem
dentre, potenci
tertação do Pr
da, têm vindo a
privados que,
resta outra sít
tar sem demora
ção. Há sinais
da ADI em parti
mito em breve.

Conseq

Governo derrotado nas autárquicas

O PARTIDO da Convergência Democrática (PCD), no poder em São Tomé e Príncipe desde Fevereiro do ano passado, averbrou uma clara derrota nas eleições autárquicas de domingo, pois não conseguiu conquistar nenhuma das sete câmaras municipais existentes no país.

Nem o peso esmagador da abstenção, mais de 60 por cento, minimiza o significado e o alcance da derrota, reconhecida ao princípio da tarde de ontem pelo secretário-geral do PCD, Daniel Daio, que em Abril último foi demitido de primeiro-ministro pelo Presidente Miguel Trovoada.

Tal como domingo já víamos no PÚBLICO, o elevado índice de abstenção beneficiou o principal partido da oposição, o MLSTP/PSD, que conseguiu cerca de 70 por cento dos votos e assegurou a gestão de seis das sete câmaras, de acordo com os resultados provisórios que ontem se conheciam.

A Acção Democrática Independente (ADI), embrião de um futuro partido inspirado por Trovoada, concorreu em quatro dos sete "distritos" (nome localmente dado aos municípios) e ganhou num deles, o de Cantagal, que fora bastião do PCD nas legislativas de 20 de Janeiro de 1991.

Qualquer ilação a ser extraída do escrutínio de domingo, para o qual estavam inscritos 53.165 eleitores, aponta por força para o enfraquecimento do actual partido governamental e para o reactivar do MLSTP, ainda mal refeito da

desorganização que se seguiu à sua derrota nas legislativas do ano passado, as primeiras eleições pluralistas que se efectuaram no país.

Os resultados alcançados pelo partido que durante 15 anos e meio governou São Tomé e Príncipe devem ser entendidos, antes de tudo, como um protesto contra o agravamento do nível de vida da população e contra a ausência de perspectivas imediatas de melhoria.

Dolorosas receitas

Ao PCD, que tem vindo a aplicar de forma corajosa as dolorosas receitas do FMI/Banco Mundial, no âmbito do Programa de Ajustamento Estrutural, não resta senão pagar os custos dos defeitos estruturais da economia. Hoje reúne a Comissão Política para analisar os resultados das autárquicas e delinear novas estratégias.

Quanto ao MLSTP, terá agora de gerir o capital de confiança adquirido, o que não será fácil, tendo em conta a magreza dos fundos que o Estado irá colocar à disposição das autárquias e as suas próprias deficiências de organização.

Razões para estar satisfeito tem contado Carlos Graça, conduzido à liderança do MLSTP/Partido Social Democrata pelo antigo Presidente Pinto da Costa, em circunstâncias polémicas. Supercontestado numa primeira fase a nível quer das bases quer das cúpulas, consegue com esta vitória libertar-se da sombra tutelar do seu antecessor e adquirir o estatuto de maioria junto das respectivas hostes.

A estrepante ADI não perdeu de todo o seu tempo, mas é difícil dizer até que ponto ganhou. A conquista de uma câmara, das quatro a que concorreu, à sombra da figura do Presidente Trovoada, tem o sabor de uma pequena vitória.

Abre-se agora um ponto de interrogação sobre o futuro político de São Tomé e Príncipe, tanto mais que uma fonte da ADI disse recentemente num círculo de políticos que o chefe do Estado poderia estar a pensar na hipótese de dissolver o Parlamento, o mais tardar em Março do próximo ano, a fim de serem convocadas eleições gerais antecipadas.

Conceição Lima, em São Tomé

Todos contra

O PRESIDENTE De Klerk, Nelson Mandela, o Zimbabwe e a OUA criticaram já a ala militar do Congresso Pan-Africano (PAC), por ter ameaçado desencadear ataques de guerrilha contra a minoria branca da África do Sul.

Segundo Frederik de Klerk, "o Governo condena emergentemente a declaração, alegadamente de um porta-voz do Exército de Libertação Popular Azaniano, segundo a qual será feita guerra aos sul-africanos brancos. Ameaças como essa a quaisquer sul-africanos, independentemente da sua raça, são absolutamente inaceitáveis e repreensíveis".

O Presidente da República disse que o Governo de Pretória continuará a fazer tudo o que estiver no seu alcance para levar a julgamento os responsáveis de crimes recentes —

tanto contra
contra negro
dir o braço m
executar as s

As autor:
laram-se por
Unidade Afr
ver condena
que se tem a
do Sul e dito
as de King V
Queenstown,
brancos, não
guma de acc
objectivos.

Por seu
Mandela, pr
gresso Nar
(ANC), afirm
tificação par
tra civis, nest
país avança
cia.

A televi
mostrou seq
boios de vai

C

PÚBLICO
QUARTA-FEIRA, 8 DEZEMBRO 1990

como
de
atu-
do
na-
a
frica
como
e
am
al-
sus
Leon
Con-
cano
de jus-
con-
que o
para-
na
redu-
na e

policiais a avançarem para a região rural do Cabo Oriental onde se verificaram nos últimos 15 dias os ataques reivindicados pelos guerrilheiros do PAC, formação de extrema-esquerda que pretende apressar a tomada do poder pela maioria negra da população.

Centenas de brancos têm vindo a pedir licença de porte de arma e muitos queixam-se de esse processo demorar seis semanas, pois querem ficar na posição de se poder defender no caso de serem atacados pelos extremistas.

Por seu turno, o Zimbabwe avisou o PAC de que deve deixar de usar o seu território para fazer declarações que a África do Sul considere hostis, pois o Governo de Harare decerto receia represálias por parte das autoridades de Pretória.

O que faz correr Buthelezi

Jorge Nêtor

Conformado com a ideia de que lhe é praticamente impossível vir a ser Presidente da África do Sul, Mangosuthu Buthelezi quer ao menos vir a ser o chefe de um forte Governo Regional, reunindo para isso oito milhões de negros, brancos, indianos e mestiços num território semelhante com o tamanho do Portugal: o Natal/Kwazulu.

Nas semanas passadas, a imprensa internacional relatou com um certo destaque que o chefe do Partido Inkatha, Mangosuthu Buthelezi, causara furor na África do Sul ao propor referendos sobre a fusão do Natal e do Kwazulu e a vasta autonomia do conjunto a criar, no âmbito de uma República Federal.

Acontece, porém, que esta ideia do primeiro-ministro do Kwazulu, bantustão reservado ao povo zulu, o mais numeroso do país, não é inédita, já vindo por ele a ser defendida desde há algum tempo, com maior ou menor ênfase. Praticamente desde que compreendeu que o Inkatha não é partido com força suficiente para anular o forte ascendente que o ANC tem sobre mais de metade da população sul-africana; mas que poderá talvez assumir um papel de destaque a nível regional.

Antes de Nelson Mandela ter saído da prisão, Buthelezi julgava ser o negro mais indicado para vir a dirigir a África do Sul, quando os brancos aceitassem perder o seu longo monopólio governativo. Mas depois as sondagens e as chancelarias de vários países levaram-no a perceber que não seria provavelmente ele o escolhido pelo eleitorado para suceder a Frederik de Klerk.

Do mal, o menos, teria pensado o astuto príncipe da nação zulu, que logo se pôs a magiar na melhor forma de vir a ser alguém de muito peso no futuro panorama sul-africano. E daí a ideia de que os líderes regionais também podem ser muito importantes a nível nacional, como aliás já se viu na Europa com Franz Josef Strauss (Baviera) ou Alberto João Jardim (Madeira).

Perigo separatista

O seu sonho actual é dirigir não só o Kwazulu, de 30.151 quilómetros quadrados, mas toda a actual província do Natal, onde o mes-

mo se insere e que tem uma superfície de 86.000 quilómetros quadrados, habitada por negros, brancos, indianos e mestiços.

Receia-se porém que, no caso de a nova entidade entrar em choque com o Governo Federal, seja ele em Pretória ou noutra cidade a definir depois das eleições gerais, Mangosuthu surja com ameaças separatistas e se procure eventualmente concretizar, ao jeito de um Moisés Tchombé no Katanga ou de um Odumegu Ojukwa no Biafra.

O Natal é a mais pequena das províncias sul-africanas, situada logo a Sul de Moçambique e da Suazilândia, mas tem uma grande diversidade étnica e uma bem montada rede comercial, que passa inclusive pelo porto de Durban, a cosmopolita cidade do Índico onde viveu Fernando Pessoa. Não lhe seria muito difícil sobreviver "de per si".

Ao ser capaz de reintegrar o Kwazulu, autónomo desde 1970, dentro do todo do Natal, Buthelezi ficaria senhor de grandes plantações de cana de açúcar, de pinhais, eucaliptais, fábricas de papel e minas de carvão, entre outras riquezas. E contaria com instalações universitárias em Durban e em Pietermaritzburg, que é a capital provincial.

Tal como outros bantustões, o Kwazulu é constituído por uma série de parcelas, geograficamente dispersas, e isso torna difícil governar-se uma entidade política, pelo que ao primeiro-ministro do território seria muito mais agradável estender a sua autoridade ao conjunto de uma das províncias tradicionais da administração branca. Principalmente se conseguisse a compreensão dos quadros locais do Partido Nacional, que desde 1948 é Governo em Pretória.

Ficaria só por isso, se mais não fosse, numa posição de força; dado que nas outras províncias — Transvaal, Cabo e Orange — não existem líderes negros regionais capazes de lhe fazer frente. O seu povo, com oito milhões de pessoas, é o mais numeroso da África do Sul e concentra-se precisamente na área Natal/Kwazulu, tendo por centro histórico a cidade de Ulundi, que o imperador Shaka fundou em 1816. Embora haja a notar que nem todos os zulus simpatizam com ele.

Unificação ou federalismo

As teses federalistas do Partido Inkatha, em parte partilhadas pelos seguidores de Frederik de Klerk, esbarram no ideal unificador do ANC, que não quer reconhecer autonomias regionais e diz ter nas suas fileiras indivíduos de todas as etnias, embora se saiba que os xhosas (grupo étnico a que pertence Nelson Mandela) sejam ali majoritários. A frente dos zulus, dos tswanas, dos sothos e dos demais grupos tribais.

Um dos objectivos do Congresso Nacional Africano é precisamente anular a in-

dependência que, entre 1976 e 1981, Pretória concedeu a quatro bantustões — Transkei, Bophuthatswana, Ciskei e Venda — e que o resto do mundo não reconheceu.

Ciente disso, Buthelezi já atraiu à sua causa os líderes do segundo e do terceiro daqueles territórios, particularmente ciosos de preservarem o seu estatuto "independente". E conta também com a simpatia daquele sector da extrema-direita branca que quer ficar com uma "pátria boer", largamente autónoma no conjunto da futura África do Sul.

O seu confronto com o movimento liderado por Mandela assume, assim, novos contornos, numa altura em que De Klerk está disposto a negociar com os negros a passagem a uma administração multi-racial. ■

África do Sul Público 14.12.1992

Frederik de Klerk optimista

O PRESIDENTE da África do Sul, Frederik de Klerk, declarou ontem estar optimista quanto à possibilidade de uma solução política, de a recuperação económica e de a redução da violência serem possíveis em 1993.

No entanto, disse ao "Sunday Times" de Joanesburgo, numa entrevista, que se as conversações sobre a democratização do país não avançarem durante os primeiros meses do novo ano estará disposto a tomar as suas próprias iniciativas.

O Presidente reformista do mais desenvolvido país da África Austral afirmou que, depois de um ano de impasse negocial, de violência, de dificuldades económicas e de quebra da confiança do público na sua administração, acredita que vá mesmo haver progresso em 93.

"Depois de recentes conversações com o ANC e com o Inkatha, estou relativamente confiante em que se resolvam os problemas que ainda restam" — disse De Klerk, acerca do consenso que terá de haver entre todas as partes para que se consiga a verdadeira democratização da República da África do Sul.

Tudo é relativo

O jornal observou que o Presidente se mostrou confiante sobre o futuro do conturbado país, mas que toda essa confiança está entremeadada com expressões como "razoavelmente", "relativamente" e "na medida do possível".

O próprio De Klerk notou que não encara 1993 "com estrelas nos olhos". Ou seja, que

não vê tudo a brilhar durante o novo ano. Que se houver rosas, também decerto haverá espinhos.

No seu entender, todos os principais dirigentes políticos já compreenderam que a responsabilidade pelo futuro do país terá de ser colectiva e que não adianta nada andarem a acusar-se uns aos outros de serem os culpados de a grande barca sul-africana não navegar melhor.

"Se a mensagem for levada às bases, pode-se prever que a violência acalmará e que avaremos para a espécie de estabilidade necessária a umas eleições justas" — afirmou o Chefe do Estado.

O Partido Nacional (no poder desde 1948), o ANC e o Inkatha têm vindo nos últimos dias a efectuar uma série de contactos bilaterais que são o prelúdio da grande assembleia que dentro de alguns meses se juntará a eles e a outras forças políticas e sociais da África do Sul, a fim de serem delineadas as grandes linhas da futura Constituição.

O ANC e o Governo concordaram há pouco mais de uma semana ser conveniente realizar eleições para uma Assembleia Constituinte antes do fim de 1993, mas o Partido Inkatha, de Mangosuthu Buthelezi, só as deseja em 1994.

O Presidente da República disse, na entrevista publicada ontem, ter a esperança de que o país se encontre agora mais perto do consenso do que na altura em que se malogrou a Convenção para uma África do Sul Democrática (Codesa), em Maio último. ■